

**PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA - SICOOB CREDICERIPA**

**AZUL: Inclusões ou alterações**

**VERMELHO: Retiradas**

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p align="center"><b>TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS</b></p> <p align="center"><b>CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO FORO, DA ÁREA DE AÇÃO, DO PRAZO DE DURAÇÃO E DO EXERCÍCIO SOCIAL</b></p> <p><b>Art. 1º</b> A Cooperativa de Crédito Crediceripa – SICOOB CREDICERIPA, CNPJ nº 00.966.246/0001-12, constituída em 25 de Maio de 1995, neste Estatuto Social designada simplesmente de <i>Cooperativa</i>, é instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos, regida por este Estatuto Social e pela legislação vigente, tendo:</p> <p>I. sede, administração e foro jurídico na cidade de Itaí, Estado de São Paulo com endereço na Rua Salvador de Freitas nº 1.243, Centro, CEP 18.730-027.</p>	<p align="center"><b>TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS</b></p> <p align="center"><b>CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO FORO, DA ÁREA DE AÇÃO, DO PRAZO DE DURAÇÃO E DO EXERCÍCIO SOCIAL</b></p> <p><b>Art. 1º</b> A Cooperativa de Crédito Crediceripa – SICOOB CREDICERIPA, CNPJ nº 00.966.246/0001-12, constituída em 25 de Maio de 1995, neste Estatuto Social designada simplesmente de <i>Cooperativa</i>, é instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos, regida por este Estatuto Social e pela legislação vigente, tendo:</p> <p>I. sede, administração e foro jurídico na cidade de Itaí, Estado de São Paulo com endereço na Rua Salvador de Freitas nº 1.243, Centro, CEP 18.730-027.</p> <p>II. prazo de duração indeterminado e exercício social com duração de 12 (doze) meses, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano civil;</p>	<p><b>→ Adequação ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob e disposição de incisos.</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>II.</b> área de ação, para fins de instalação de dependências físicas, limitada ao município sede e aos seguintes municípios: Águas de Santa Barbará, Alambarí, Angatuba, Araçoiaba da Serra, Avaré, Bragança Paulista, Bofete, Boituva, Buri, Campina do Monte Alegre, Campinas, Capão Bonito, Capela do Alto, Cerqueira Cesar, Cerquilha, Cesário Lange, Conchas, Coronel Macedo, Fartura, Guapiara, Guareí, Ibiúna, Itaberá, Itaí, Itapetininga, Itapeva, Itaporanga, Itararé, Itatiba, Itatinga, Itupeva, Jundiá, Laranjal Paulista, Mogi Mirim, Paranapanema, Pardinho, Paulínia, Pereiras, Piedade, Pilar do Sul, Piraju, Porangaba, Porto Feliz, Quadra, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Sorocaba, Sumaré, Taquarivaí, Taquarivaí, Tatuí, Tietê, Torre de Pedra e Votorantim no Estado de São Paulo e, Castro, Jacarezinho, Jaguariaíva, Ponta Grossa, Santo Antonio da Platina no Estado do Paraná;</p> <p><b>III.</b> área de admissão de associados além de todos os municípios dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro, os Municípios das demais unidades da Federação;</p> <p><b>IV.</b> prazo de duração indeterminado e exercício social com duração de 12 (doze) meses com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano civil.</p> <p><b>§ 1º</b> A área de ação da <i>Cooperativa</i>, especificada no inciso II deste artigo, deverá ser homologada pela Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo, sem prejuízo da apreciação definitiva pelo Banco Central do Brasil.</p>	<p><b>III.</b> área de ação, para fins de instalação de dependências físicas, limitada ao município sede e aos seguintes municípios: Águas de Santa Barbará, Alambarí, Angatuba, Araçoiaba da Serra, Avaré, Bragança Paulista, Bofete, Boituva, Buri, Campina do Monte Alegre, Campinas, Capão Bonito, Capela do Alto, Cerqueira Cesar, Cerquilha, Cesário Lange, Conchas, Coronel Macedo, Fartura, Guapiara, Guareí, Ibiúna, Itaberá, Itaí, Itapetininga, Itapeva, Itaporanga, Itararé, Itatiba, Itatinga, Itupeva, Jundiá, Laranjal Paulista, Mogi Mirim, Paranapanema, Pardinho, Paulínia, Pereiras, Piedade, Pilar do Sul, Piraju, Porangaba, Porto Feliz, Quadra, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Sorocaba, Sumaré, Taquarivaí, Taquarivaí, Tatuí, Tietê, Torre de Pedra e Votorantim no Estado de São Paulo e, Castro, Jacarezinho, Jaguariaíva, Ponta Grossa, Santo Antonio da Platina no Estado do Paraná;</p> <p>Parágrafo único. A área de ação da <i>Cooperativa</i> deverá ser homologada pela Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo, sem prejuízo da apreciação definitiva pelo Banco Central do Brasil.</p>	<p>➔ Apenas renumeração, artigo IV subiu para III e parágrafo 1 virou parágrafo único no artigo III.</p> <p>Inciso III foi colocado no artigo 6 sem alteração de texto.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>§ 2º A Cooperativa poderá captar recursos dos Municípios citados no inciso II deste artigo, de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, conforme a regulamentação em vigor.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO II DO OBJETO SOCIAL</b></p> <p><b>Art. 2º</b> A <i>Cooperativa</i> tem por objeto social, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de crédito:</p> <p>I. o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações segundo a regulamentação em vigor;</p> <p>II. prover, por meio da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados;</p> <p>III. a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo;</p> <p>§ 1º No desenvolvimento do objeto social, a <i>Cooperativa</i> deverá adotar programas de uso adequado do crédito, de poupança e de formação educacional dos associados, tendo como base os princípios cooperativistas.</p>	<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO II DO OBJETO SOCIAL</b></p> <p><b>Art. 2º</b> A <i>Cooperativa</i> tem por objeto social, além da prática de outros atos cooperativos e demais operações e serviços permitidos às cooperativas de crédito pela regulamentação aplicável:</p> <p>I. a prestação, por meio da mutualidade, de serviços financeiros a seus associados;</p> <p>II. o desenvolvimento de programas de:</p> <p>a) poupança e de uso adequado do crédito;</p> <p>b) educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal, no sentido de fomentar o cooperativismo de crédito, observando os valores e princípios cooperativistas.</p> <p>§ 1º A <i>Cooperativa</i> poderá captar recursos dos Municípios citados no inciso III do art. 1º, bem como de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles</p>	<p>→ Apenas adequação de texto, mantendo finalidade de prestação de serviços, programas de poupança e educação financeira, <u>securitária, previdenciária e fiscal.</u></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>§ 2º Em todos os aspectos das atividades executadas na <i>Cooperativa</i> devem ser <b>rigorosamente</b> observados os princípios da neutralidade política e da não discriminação por fatores religiosos, raciais, sociais <b>ou</b> de gênero.</p> <p style="text-align: center;"><b>TÍTULO VIII</b> <b>DA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB)</b></p> <p><b>Art. 93</b> A <i>Cooperativa</i>, ao se filiar à Central Sicoob São Paulo, integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), regendo-se, também por suas normas e pelas suas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções).</p> <p><b>Parágrafo único.</b> A integração ao Sicoob não implica responsabilidade solidária entre as cooperativas e demais entidades que integram o Sicoob.</p> <p><b>Art. 94</b> O Sicoob é um sistema nacional de cooperativas</p>	<p>controladas, conforme a regulamentação em vigor.</p> <p>§ 2º A <i>Cooperativa</i> poderá agir como substituta processual de seus associados e em defesa dos respectivos direitos coletivos, desde que haja autorização da Assembleia Geral para tal, nos termos da legislação em vigor.</p> <p>§ 3º Em todos os aspectos das atividades executadas na <i>Cooperativa</i> devem ser observados os princípios da neutralidade política e da não discriminação por fatores religiosos, raciais, sociais, <b>de gênero ou de quaisquer outras características pessoais.</b></p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO III</b> <b>DA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB)</b></p> <p><b>Art. 3º</b> O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil</p>	<p>→ Acrescentou que a cooperativa pode representar seus associados em processos com a finalidade de assegurar os direitos coletivos</p> <p>→ Adequação ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, disposição de redação, incisos e parágrafos.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>de crédito e se caracteriza por ter um conjunto de diretrizes e normas deliberadas pelos órgãos de administração do Sicoob Confederação, aplicáveis à própria Confederação, às cooperativas centrais e singulares filiadas, resguardada a autonomia jurídica dessas entidades.</p> <p><b>Art. 95</b> O Sicoob é integrado:</p> <p>I. pelas Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda – Sicoob Confederação;</p> <p>II. pelas cooperativas centrais filiadas ao Sicoob Confederação (Sistema <b>Local</b>);</p> <p>III. pelas cooperativas singulares <b>associadas às respectivas</b> cooperativas centrais; e</p> <p><b>IV. pelas instituições vinculadas ao Sicoob.</b></p>	<p>(Sicoob) é um arranjo sistêmico de abrangência nacional, integrado pelas entidades previstas neste Estatuto Social e regulado por diretrizes e normas de alcance geral, resguardada a autonomia jurídica e a responsabilidade legal de cada entidade.</p> <p><b>§ 1º</b> O Sicoob é integrado:</p> <p>I. pelas cooperativas singulares <b>filiadas às</b> cooperativas centrais;</p> <p>II. pelas cooperativas centrais filiadas ao Sicoob Confederação (Sistemas <b>Regionais</b>);</p> <p>III. pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação);</p> <p>IV. <b>pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. (Banco Sicoob) e demais empresas e entidades vinculadas ao Sistema.</b></p> <p><b>§ 2º</b> A <i>Cooperativa</i>, ao filiar-se à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo, integra o Sicoob, regendo-se, também por suas normas e pelas suas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções).</p> <p><b>§ 3º</b> As atualizações de políticas ou normativos sistêmicos objeto de adesão pela <i>Cooperativa</i> serão</p>	<p>→ Adequação ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, disposição de redação, incisos e parágrafos.</p> <p>→ Adequação ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, disposição de redação, incisos e parágrafos.</p> <p>→ Adequação ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, disposição de redação, incisos e parágrafos.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>Art. 97</b> A Cooperativa, por integrar o Sicoob e estar filiada à <b>Central Sicoob São Paulo</b>, está sujeita às seguintes regras:</p> <p>I. aceitação da prerrogativa da Central Sicoob São Paulo representá-la nos relacionamentos mantidos com o Banco Central do Brasil, o Sicoob Confederação, o Banco <b>Cooperativo Sicoob S.A. (Banco Sicoob)</b>, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) <b>ou com quaisquer outras instituições públicas e privadas quando relacionadas às atividades da Central Sicoob São Paulo;</b></p>	<p>aprovados pelo Sicoob Confederação e, exceto quando, por força regulamentar, requererem nova deliberação por instância decisória da própria <i>Cooperativa</i>, terão aplicação imediata pela <i>Cooperativa</i>.</p> <p>§ 4º A integração ao Sicoob não implica responsabilidade solidária entre as cooperativas e demais entidades que integram o Sicoob, <u>ressalvada a responsabilidade pelas obrigações contraídas pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob perante o BNDES e a FINAME, nos termos deste Estatuto Social</u>”;</p> <p>§ 5º A <i>Cooperativa</i>, por integrar o Sicoob e estar filiada à <i>Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo</i>, sujeita-se às seguintes regras:</p> <p>I. aceitação da prerrogativa de a Central Sicoob São Paulo representá-la nos relacionamentos mantidos com o Banco Central do Brasil; o Sicoob Confederação, o <b>Banco Sicoob e demais empresas ou entidades do Sicoob</b>; o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) <b>e com quaisquer outros órgãos e instituições/empresas, sejam de natureza pública ou privada, podendo firmar contratos, convênios e compromissos diversos;</b></p> <p>II. a Central poderá delegar a representação de que trata o inciso anterior ao Sicoob Confederação, seja para representar todas ou parte das cooperativas singulares filiadas;</p>	<p>→ Inclusão de parágrafos sobre atualização de políticas e normativos sistêmicos e responsabilidade solidária entre as cooperativas e demais entidades que integram o Sicoob, ressalvada a adesão a responsabilidade pelas obrigações contraídas pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob perante o BNDES e a FINAME, nos termos deste Estatuto Social.</p> <p>→ Adequação ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, disposição de redação, incisos e parágrafos.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>II. <b>aceitação e</b> cumprimento das decisões, das diretrizes, das regulamentações e dos procedimentos instituídos para o Sicoob e para o Sistema <b>Local, conforme definido no art. 95, II, deste Estatuto Social</b>, por meio do Estatuto Social da Central Sicoob São Paulo demais normativos;</p> <p>III. acesso, pela Central Sicoob São Paulo ou pelo Sicoob Confederação, a todos os dados contábeis, econômicos, financeiros e afins, bem como a todos os livros sociais, legais e fiscais, além de relatórios complementares e de registros de movimentação financeira de qualquer natureza;</p> <p>IV. assistência, em caráter temporário, mediante administração em regime de cogestão, quando adotado, pela Central Sicoob São Paulo ou pelo Sicoob Confederação, formalizado por meio de instrumento próprio, para sanar irregularidades ou em caso de risco para a solidez da própria <i>Cooperativa</i>, do sistema <b>local e</b> do Sicoob.</p> <p style="text-align: center;"><b>TÍTULO X DA OUVIDORIA</b></p> <p><b>Art. 104</b> A Cooperativa <b>adere</b> ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único definido pelo Sicoob.</p> <p><b>Art. 96</b> A marca Sicoob é de propriedade do Sicoob Confederação e seu uso observará regulamentação própria.</p>	<p>III. cumprimento das decisões, das diretrizes, das regulamentações e dos procedimentos instituídos para o Sicoob e para o Sistema <b>Regional</b>, por meio do Estatuto Social da Central Sicoob São Paulo e demais normativos;</p> <p>IV. acesso, pela Central Sicoob São Paulo ou pelo Sicoob Confederação, a todos os dados contábeis, econômicos, financeiros e afins, bem como a todos os livros sociais, legais e fiscais, além de relatórios complementares e de registros de movimentação financeira de qualquer natureza;</p> <p>V. assistência, em caráter temporário, mediante administração em regime de cogestão, quando adotado, pela Central Sicoob São Paulo ou, <b>em se tratando de delegação de atribuição da Central</b>, pelo Sicoob Confederação, formalizado por meio de instrumento próprio e conforme regras sistêmicas, para sanar irregularidades ou em caso de risco para a solidez da própria <i>Cooperativa</i>, <b>da Central</b>, do Sistema <b>Regional ou</b> do Sicoob.</p> <p>§ 6º A <i>Cooperativa</i> <b>é aderente</b> ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único definido pelo Sicoob.</p> <p>§ 7º A marca Sicoob é de propriedade do Sicoob Confederação, e seu uso observará regulamentação própria.</p>	<p>→Adequação ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, disposição de redação, incisos e parágrafos.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>Art. 98</b> A <i>Cooperativa</i> responde, subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Central Sicoob São Paulo perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes de capital que subscrever, perdurando essa</p>	<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES</b></p> <p><b>Art. 4º</b> A filiação à Central Sicoob São Paulo importa, automaticamente, solidariedade da <i>Cooperativa</i>, nos termos do Código Civil Brasileiro, limitada ao seu patrimônio, pelas obrigações contraídas pelo Banco Sicoob perante o BNDES e a FINAME, com a finalidade de financiar os associados da <i>Cooperativa</i> ou do conjunto das demais filiadas, perdurando esta responsabilidade nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, até a integral liquidação das obrigações contraídas perante o BNDES e a FINAME, contratadas até a data em que se deu a demissão, eliminação ou exclusão.</p> <p><b>§ 1º</b> A integração ao Sicoob implica, também, responsabilidade subsidiária da <i>Cooperativa</i>, pelas obrigações mencionadas no <i>caput</i> deste artigo, quando os beneficiários dos recursos forem associados de cooperativas singulares filiadas a outras cooperativas centrais integrantes do Sicoob.</p> <p><b>§ 2º</b> A responsabilidade prevista no parágrafo anterior somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida do Banco Sicoob e a da própria <i>Cooperativa</i> a que estiverem associados os beneficiários dos recursos.</p> <p><b>Art. 5º</b> A <i>Cooperativa</i> responde, subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Central Sicoob São Paulo perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes de capital que subscrever, perdurando essa</p>	<p>→ <b>Responsabilidade da cooperativa pelas obrigações contraídas com o BNDES.</b></p> <p>→ <b>Obrigações por operações do BNDES contraídas pelos cooperados da central e outras cooperativas centrais, porém, somente depois de cobrado do Banco Sicoob e da cooperativa inadimplente.</b></p>



ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>responsabilidade, nos casos de demissão, de eliminação ou de exclusão, até a data em que se deu o desligamento.</p> <p style="text-align: center;"><b>TÍTULO II DOS ASSOCIADOS</b></p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO I DAS CONDIÇÕES DE ADMISSÃO</b></p> <p><b>Art. 3º</b> Podem se associar à Cooperativa todas as pessoas naturais e jurídicas que concordem com o presente Estatuto Social, preencham as condições nele estabelecidas e sejam residentes ou domiciliadas nos municípios integrantes dos estados federativos constantes no inciso III do artigo 1º, deste Estatuto Social.</p> <p><b>Art. 5º</b> O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a 20 (vinte).</p> <p><b>Art. 4º</b> Não podem ingressar na <i>Cooperativa</i>:</p> <p><b>I.</b> as instituições financeiras e as pessoas que exerçam atividades que contrariem os objetivos da <i>Cooperativa</i> ou que com eles colidam;</p> <p><b>II.</b> as pessoas jurídicas que exerçam concorrência com a própria sociedade cooperativa.</p> <p><b>Art. 6º</b> Para adquirir a qualidade de associado, o interessado deverá ter a sua admissão aprovada pelo Conselho de Administração, subscrever e integralizar as</p>	<p>responsabilidade, nos casos de demissão, de eliminação ou de exclusão, até a data em que se deu o desligamento.</p> <p style="text-align: center;"><b>TÍTULO II DOS ASSOCIADOS</b></p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO I DAS CONDIÇÕES DE ADMISSÃO</b></p> <p><b>Art. 6º</b> Podem associar-se à <i>Cooperativa</i> todas as pessoas naturais ou jurídicas que concordem com o presente Estatuto Social e preencham as condições nele estabelecidas, bem como tenham residência ou estejam estabelecidas em município integrante da área de ação da <i>Cooperativa</i> ou em qualquer outro município dos Estados de <a href="#">São Paulo</a>, <a href="#">Minas Gerais</a>, <a href="#">Mato Grosso do Sul</a>, <a href="#">Paraná</a>, <a href="#">Rio de Janeiro</a> e os Municípios das demais unidades da Federação;</p> <p><b>§ 1º</b> O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a 20 (vinte).</p> <p><b>§ 2º</b> Não podem associar-se as pessoas jurídicas cujas atividades principais sejam concorrentes com as atividades principais da própria <i>Cooperativa</i>, assim definidas pelo Conselho de Administração, nos termos da legislação em vigor.</p> <p><b>Art. 7º</b> Para adquirir a qualidade de associado, o interessado deverá ter a sua admissão aprovada pelo Conselho de Administração, subscrever e integralizar as</p>	<p>→ <b>Inclusão inciso III do artigo 1º sobre condições de associação pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência ou estabelecidas nos municípios do Estado de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e os Municípios das demais unidades da Federação</b></p> <p>→ <b>Adequação de texto com o mesmo sentido e objetivo</b></p>



ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>IV. beneficiar-se das operações e dos serviços prestados pela <i>Cooperativa</i>, observadas as regras estatutárias e os instrumentos de regulação;</p> <p>V. examinar e pedir informações, por escrito, sobre documentos, <b>ressalvando os</b> protegidos por sigilo;</p> <p>VI. Tomar conhecimento dos normativos internos da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>VII. demitir-se da <i>Cooperativa</i> quando lhe convier.</p> <p><b>§ 1º</b> O associado que aceitar e estabelecer relação empregatícia com a <i>Cooperativa</i> perde o direito de votar e ser votado, conforme previsto neste artigo, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego, exceto para a Diretoria Executiva criada nos termos da Lei Complementar nº 130/2009.</p> <p><b>§ 2º</b> Também não pode votar e ser votado o associado pessoa <b>física</b> que preste serviço em caráter não eventual à <i>Cooperativa</i>.</p> <p><b>§ 3º</b> O associado presente à Assembleia Geral terá direito a 01 (um) voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO III DOS DEVERES</b></p>	<p>IV. beneficiar-se das operações e dos serviços prestados pela <i>Cooperativa</i>, observadas as regras estatutárias e os instrumentos de regulação;</p> <p>V. examinar e pedir informações, por escrito, sobre documentos, <b>ressalvados aqueles</b> protegidos por sigilo;</p> <p>VI. tomar conhecimento dos normativos internos da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>VII. demitir-se da <i>Cooperativa</i> quando lhe convier.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Não pode votar e <b>nem</b> ser votado o associado pessoa <b>natural</b> que preste serviço em caráter não eventual à <i>Cooperativa</i>.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO III DOS DEVERES</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>→Adequação ao estatuto modelo padrão do Sicoob</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>Art. 8º</b> São deveres dos associados:</p> <p>I. satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a <i>Cooperativa</i>, reconhecendo contratos cooperativos e títulos executivos, assim como todos os instrumentos contratuais firmados;</p> <p>II. cumprir as disposições deste Estatuto Social, dos regimentos internos, das deliberações das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, bem como dos instrumentos de normatização sistêmicos destinados direta ou indiretamente aos associados;</p> <p>III. zelar pelos <b>interesses</b> morais, éticos, sociais e materiais da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>IV. responder pela parte do rateio que lhe couber relativo às perdas apuradas no exercício;</p> <p>V. respeitar as boas práticas de movimentação financeira, tendo sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não se deve sobrepor interesses individuais;</p> <p><b>VI. realizar suas operações financeiras, preferencialmente, na <i>Cooperativa</i>;</b></p>	<p><b>Art. 9º</b> São deveres dos associados:</p> <p>I. satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a <i>Cooperativa</i>, reconhecendo contratos cooperativos e títulos executivos, assim como todos os instrumentos contratuais firmados;</p> <p>II. cumprir as disposições deste Estatuto Social, dos regimentos internos, das deliberações das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, bem como dos instrumentos de normatização sistêmicos destinados direta ou indiretamente aos associados;</p> <p>III. zelar pelos <b>valores</b> morais, éticos, sociais e materiais da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>IV. responder pela parte do rateio que lhe couber relativo às perdas apuradas no exercício;</p> <p>V. respeitar as boas práticas de movimentação financeira, tendo sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não se deve sobrepor interesses individuais;</p> <p>VI. realizar suas operações financeiras preferencialmente na <i>Cooperativa</i>, mantendo suas</p>	<p><b>→Adequação ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, disposição de artigo, incisos e parágrafos.</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>VII.</b> manter suas informações cadastrais atualizadas;</p> <p><b>VIII.</b> não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na <i>Cooperativa</i>, para finalidades não propostas nos financiamentos, permitindo, quando for o caso, ampla fiscalização da <i>Cooperativa</i>, <b>das instituições financeiras participantes e do Banco Central do Brasil;</b></p> <p><b>IX.</b> comunicar, por meio do Canal de Comunicação de Indícios de Ilícitude do Sicoob, sem a necessidade de se identificar, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da <i>Cooperativa</i>.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO IV</b> <b>DOS CASOS DE DESLIGAMENTO DE ASSOCIADOS</b></p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO I</b> <b>DA DEMISSÃO</b></p> <p><b>Art. 9º</b> A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será formalizada por escrito.</p> <p><b>§ 1º</b> O Conselho de Administração será comunicado sobre os pedidos de demissão em sua primeira reunião subsequente à data de protocolo do pedido.</p> <p><b>§ 2º</b> Na ocasião da demissão deve ser adimplida qualquer obrigação existente entre o associado e a</p>	<p>informações cadastrais atualizadas;</p> <p><b>VII.</b> não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na <i>Cooperativa</i> para finalidades não propostas nos financiamentos, permitindo, quando for o caso, ampla fiscalização da <i>Cooperativa</i>, <b>do Banco Central do Brasil e das instituições financeiras envolvidas na concessão;</b></p> <p><b>VIII.</b> comunicar, por meio do Canal de Comunicação de Indícios de Ilícitude do Sicoob, sem a necessidade de se identificar, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da <i>Cooperativa</i>.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO IV</b> <b>DOS CASOS DE DESLIGAMENTO DE ASSOCIADOS</b></p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO I</b> <b>DA DEMISSÃO</b></p> <p><b>Art. 10.</b> A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será formalizada por escrito.</p> <p><b>§ 1º</b> O Conselho de Administração será comunicado sobre os pedidos de demissão em sua primeira reunião subsequente à data de protocolo do pedido.</p> <p><b>§ 2º</b> Na ocasião da demissão deve ser adimplida qualquer obrigação existente entre o associado e a</p>	<p>→Adequação ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, disposição de artigo e parágrafos.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><i>Cooperativa</i>, ainda que não vencida, desde que os correspondentes instrumentos prevejam a demissão como hipótese de vencimento antecipado da obrigação.</p> <p>§ 3º A data da demissão do associado será a data do protocolo do pedido de demissão na <i>Cooperativa</i>.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO II DA ELIMINAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 10</b> A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária ou ainda quando:</p> <p>I. exercer qualquer atividade considerada prejudicial à <i>Cooperativa</i>;</p> <p>II. praticar atos que, a critério da <i>Cooperativa</i>, a desabone, como emissão de cheques sem fundos em qualquer instituição financeira, inclusão nos sistemas de proteção ao crédito, pendências registradas no Banco Central do Brasil, <b>atrasos constantes e relevantes</b> em operações de crédito e operações baixadas em prejuízo na <i>Cooperativa</i>;</p> <p>III. deixar de honrar <b>qualquer</b> compromisso perante a <i>Cooperativa</i>, ou <b>perante</b> terceiro, <b>no qual a <i>Cooperativa</i> tenha prestado qualquer espécie de garantia pela qual</b></p>	<p><i>Cooperativa</i>, ainda que não vencida, desde que os correspondentes instrumentos prevejam a demissão como hipótese de vencimento antecipado da obrigação.</p> <p>§ 3º A data da demissão do associado será a data do protocolo do pedido de demissão na <i>Cooperativa</i>.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO II DA ELIMINAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 11.</b> A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária ou ainda quando:</p> <p>I. exercer qualquer atividade considerada prejudicial à <i>Cooperativa</i>, <b>inclusive infringir dispositivos infraestatutários aplicáveis, como: regimentos, regulamentos, manuais e outros normativos internos e sistêmicos;</b></p> <p>II. praticar atos que, a critério da <i>Cooperativa</i>, a desabonem, como emissão de cheques sem fundos em qualquer instituição financeira, inclusão nos sistemas de proteção ao crédito, pendências registradas no Banco Central do Brasil, atrasos em operações de crédito e operações baixadas em prejuízo na <i>Cooperativa</i>;</p> <p>III. deixar de honrar <b>os</b> compromissos <b>assumidos</b> perante a <i>Cooperativa</i> ou terceiro, <b>para</b> o qual a <i>Cooperativa</i> tenha prestado garantia e venha ser</p>	<p><b>→Adequação de texto em relação a eliminação de cooperados se infringir normas da cooperativa</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><i>ela seja</i> obrigada a <i>honrar</i> em decorrência da inadimplência do associado;</p> <p><b>IV. estiver divulgando</b> entre os demais associados e perante a comunidade a prática de irregularidades na <i>Cooperativa</i> ou violar sigilo de operação ou de serviço prestado pela <i>Cooperativa</i>.</p> <p><b>Art. 11</b> A eliminação do associado será decidida e registrada em ata em reunião do Conselho de Administração.</p> <p><b>§ 1º</b> O associado será notificado por meio de carta <b>em que esteja descrito o que motivou a eliminação</b>, por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de reunião do Conselho de Administração em que houve a eliminação.</p> <p><b>§ 2º</b> O associado que não for localizado no endereço constante na ficha cadastral será notificado por meio de edital em jornal local de ampla circulação.</p> <p><b>§ 3º</b> O associado eliminado terá direito a interpor recurso, em até 30 (trinta) dias após o recebimento <b>da carta ou da publicação</b> prevista nos parágrafos anteriores, com efeito suspensivo para a primeira Assembleia Geral que se realizar.</p>	<p>obrigada a <i>honrá-la</i> em decorrência da inadimplência do associado;</p> <p><b>IV. divulgar</b> entre os demais associados <i>e/ou</i> perante a comunidade a prática de <b>falsas</b> irregularidades na <i>Cooperativa</i> ou violar sigilo de operação ou de serviço prestado pela <i>Cooperativa</i>.</p> <p><b>§ 1º</b> A eliminação do associado será decidida e registrada em ata de reunião do Conselho de Administração.</p> <p><b>§ 2º</b> O associado será notificado por meio de carta, <b>e-mail ou outro meio de comunicação constante na ficha cadastral ou localizado pela Cooperativa, com arquivamento de evidência da notificação, devendo estar descrito o que motivou a eliminação</b>, por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de reunião do Conselho de Administração em que houve a eliminação.</p> <p><b>§ 3º</b> O associado que não for localizado no endereço constante na ficha cadastral será notificado por meio de edital em jornal local de ampla circulação</p> <p><b>§ 4º</b> O associado eliminado terá direito a interpor recurso, em até 30 (trinta) dias após o recebimento <b>da notificação</b> prevista nos parágrafos anteriores, com efeito suspensivo para a primeira Assembleia Geral que se</p>	<p><b>→Adequação sobre a comunicação ao cooperado no caso de eliminação</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO III DA EXCLUSÃO</b></p> <p><b>Art. 12</b> A exclusão do associado será feita <b>por:</b></p> <p>I. dissolução da pessoa jurídica;</p> <p>II. morte da pessoa natural;</p> <p>III. incapacidade civil não suprida;</p> <p>IV. deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso na <i>Cooperativa</i>.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> A exclusão com fundamento <b>nas disposições dos incisos I, II e III será automática e a do inciso IV, por decisão</b> do Conselho de Administração, observadas as regras para eliminação de associados.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES, DA COMPENSAÇÃO E DA READMISSÃO</b></p> <p><b>Art. 13</b> A responsabilidade do associado por compromissos da <i>Cooperativa</i> perante terceiros é limitada ao valor de suas quotas-partes.</p>	<p>realizar.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO III DA EXCLUSÃO</b></p> <p><b>Art. 12.</b> A exclusão do associado será feita <b>nos seguintes casos:</b></p> <p>I. dissolução da pessoa jurídica;</p> <p>II. morte da pessoa natural;</p> <p>III. incapacidade civil não suprida;</p> <p>IV. deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na <i>Cooperativa</i>.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> A exclusão com fundamento <b>no inciso IV será por ato</b> do Conselho de Administração, observadas as regras para eliminação de associados.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES E DA READMISSÃO</b></p> <p><b>Art. 13.</b> A responsabilidade do associado por compromissos da <i>Cooperativa</i> perante terceiros é limitada ao valor de suas quotas-partes.</p>	<p><b>→Adequação ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, disposição de artigo e parágrafos.</b></p>



ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>§ 1º</b> Em caso de desligamento do quadro social:</p> <p><b>I.</b> a responsabilidade descrita no <i>caput</i> perdurará até a aprovação das contas do exercício em que se deu o desligamento;</p> <p><b>§ 2º</b> As obrigações contraídas por associados com a <i>Cooperativa</i>, em caso de morte, passarão aos seus herdeiros.</p> <p><b>Art. 14</b> O associado que se demitiu poderá apresentar novo pedido de admissão ao quadro social da <i>Cooperativa</i> somente após 2 (dois) anos, contados a partir do pagamento, pela cooperativa, da última parcela das quotas-partes restituídas.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> A readmissão do associado que se demitiu não está condicionada ao prazo previsto no <i>caput</i> caso ainda não tenham sido restituídas todas as parcelas de seu capital.</p> <p><b>Art. 15</b> O associado que foi eliminado ou excluído pelo motivo expresso no inciso IV do art. 12, somente poderá apresentar novo pedido de admissão ao quadro social da <i>Cooperativa</i> após 2 (dois) anos, contados a partir do pagamento, pela <i>Cooperativa</i>, da última parcela das quotas-partes restituídas.</p> <p style="text-align: center;"><b>TÍTULO III DO CAPITAL SOCIAL</b></p>	<p><b>§ 1º</b> Em caso de desligamento do quadro social, a responsabilidade descrita no <i>caput</i> perdurará até a aprovação das contas do exercício em que se deu o desligamento.</p> <p><b>§ 2º</b> As obrigações contraídas por associados com a <i>Cooperativa</i>, em caso de morte, passarão aos seus herdeiros.</p> <p><b>Art. 14.</b> O associado que se demitiu somente poderá apresentar novo pedido de admissão ao quadro social da <i>Cooperativa</i> após 2 (dois) anos, contados do pagamento, pela <i>Cooperativa</i>, da última parcela das quotas-partes restituídas.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> A readmissão do associado que se demitiu não está condicionada ao prazo previsto no <i>caput</i> caso ainda não tenham sido restituídas todas as parcelas de seu capital.</p> <p><b>Art. 15.</b> O associado que foi eliminado ou excluído pelo motivo expresso no inciso IV do art. 12 <b>deste Estatuto Social</b> somente poderá apresentar novo pedido de admissão ao quadro social da <i>Cooperativa</i> após 2 (dois) anos, contados a partir do pagamento, pela <i>Cooperativa</i>, da última parcela das quotas-partes restituídas.</p> <p style="text-align: center;"><b>TÍTULO III DO CAPITAL SOCIAL</b></p>	<p><b>→Adequação ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, disposição de artigo e parágrafos.</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO I DA FORMAÇÃO DO CAPITAL</b></p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO I DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS</b></p> <p><b>Art. 16</b> O capital social da <i>Cooperativa</i> é dividido em quotas-partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de associados, e o capital mínimo da <i>Cooperativa</i> não poderá ser inferior a <b>R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais)</b>.</p> <p><b>Art. 23</b> As quotas-partes do associado são indivisíveis e intransferíveis a terceiros não associados da <i>Cooperativa</i>, ainda que por herança, não podendo com eles ser negociada e nem dada em garantia.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> A transferência de quota-parte entre associados será averbada no Livro ou Ficha de Matrícula, mediante termo que conterà as assinaturas do cedente, do cessionário e do diretor responsável pela averbação.</p> <p><b>Art. 21</b> Conforme deliberação do Conselho de Administração, o capital integralizado pelos associados poderá ser remunerado até o valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais.</p> <p><b>Art. 17</b> No ato de admissão, o associado subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, no mínimo,</p>	<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO I DA FORMAÇÃO DO CAPITAL</b></p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO I DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS</b></p> <p><b>Art. 16.</b> O capital social da <i>Cooperativa</i> é dividido em quotas-partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de associados, e o capital mínimo da <i>Cooperativa</i> não poderá ser inferior a <b>R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais)</b>.</p> <p><b>§ 1º</b> As quotas-partes do associado são indivisíveis e intransferíveis a terceiros não associados da <i>Cooperativa</i>, ainda que por herança, não podendo com eles ser negociadas e nem dadas em garantia e, nos termos da legislação vigente, não ser objeto de penhora por obrigações de associados com terceiros.</p> <p><b>§ 2º</b> Conforme deliberação do Conselho de Administração, o capital integralizado pelos associados poderá ser remunerado até o valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais.</p> <p><b>Art. 17.</b> No ato de admissão, o associado subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, no mínimo,</p>	<p><b>→Adequação sendo o capital indivisível, intransferível e não pode ser objeto de penhora.</b></p> <p><b>→Adequação ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, disposição de artigo e parágrafos.</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>20 (vinte) quotas-partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, equivalente a R\$ 20,00 (Vinte reais).</p> <p>§ 1º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total de quotas-partes do capital social da <i>Cooperativa</i>.</p> <p>§ 2º As quotas-partes integralizadas responderão como garantia das obrigações que o associado assumir com a <i>Cooperativa</i>, nos termos do art. 13, § 1º, II, deste Estatuto Social.</p> <p>§ 3º A quota-parte não poderá ser oferecida em garantia de operações com terceiros.</p> <p>§ 1º Não é exigida a complementação de capital por parte dos associados que já compõem o quadro social da <i>Cooperativa</i>, na hipótese em que houver posterior aumento do capital mínimo de associação.</p> <p>§ 2º Havendo posterior redução do capital mínimo, não é devida a correspondente devolução da parte excedente, ressalvadas as hipóteses de resgate ordinário e eventual de capital, conforme previsto neste Estatuto Social.</p>	<p>20 (vinte) quotas-partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, equivalente a R\$ 20,00 (Vinte reais).</p> <p>§ 1º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total de quotas-partes do capital social da <i>Cooperativa</i>.</p> <p>§ 2º As quotas-partes integralizadas responderão como garantia das obrigações que o associado assumir com a <i>Cooperativa</i>, nos termos do art. 21, I, deste Estatuto Social.</p> <p>§ 3º A quota-parte não poderá ser cedida ou oferecida em garantia de operações com terceiros.</p> <p>§ 4º Na integralização de capital feita com atraso serão cobrados juros de mora nos limites da lei.</p> <p>§ 5º Não é exigida a complementação de capital por parte dos associados que já compõem o quadro social da <i>Cooperativa</i>, na hipótese em que houver posterior aumento do número mínimo de quotas-partes para associação de que trata o <i>caput</i>.</p> <p>§ 6º Havendo posterior redução do número mínimo de quotas-partes de que trata o <i>caput</i>, não é devida a correspondente devolução da parte excedente, ressalvadas as hipóteses de resgate ordinário e eventual de capital, conforme previsto neste Estatuto Social.</p>	<p>→ Inclusão de juros de mora na integralização de capital com atraso</p> <p>→ Adequação ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, disposição de artigo e parágrafos.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>Art. 18.</b> O filho ou dependente legal com idade entre 1 (um) dia de vida até 18 (dezoito) anos incompletos poderá se associar e manter conta corrente na <i>Cooperativa</i> desde que representado ou assistido pelos pais ou representante legal, devendo subscrever e integralizar o capital social mínimo previsto no artigo anterior.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Qualquer questão omissa referente a essa matéria será decidida pelo Conselho de Administração.</p> <p><b>Art. 19.</b> O Conselho de Administração poderá estabelecer a subscrição e integralização mensal e exigir proporcionalidade entre o valor do capital integralizado e o dos empréstimos ou financiamentos levantados pelos associados, devendo estes subscrever e integralizar novas quotas-partes sempre que forem deferidos créditos acima desta proporção, nos termos da legislação e regulamentação vigentes.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO II</b> <b>DO RELACIONAMENTO POR MEIO ELETRÔNICO</b></p> <p><b>Art. 20.</b> No ato de admissão, o associado pessoa natural <b>ou</b> o microempreendedor individual (MEI) que tenha por objetivo a abertura de conta de depósitos e a manutenção desse relacionamento exclusivamente por meio eletrônico, <b>bem como se mantenha aderente ao respectivo pacote de serviços</b>, subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, 20 quotas-</p>	<p><b>Art. 18.</b> O filho ou dependente legal com idade entre 1 (um) dia de vida até 18 (dezoito) anos incompletos poderá se associar e manter conta-corrente na <i>Cooperativa</i> desde que representado ou assistido pelos pais ou representante legal, devendo subscrever e integralizar o capital social mínimo previsto no artigo anterior.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Qualquer questão omissa referente a essa matéria será decidida pelo Conselho de Administração.</p> <p><b>Art. 19.</b> O Conselho de Administração poderá estabelecer a subscrição e integralização mensal e exigir proporcionalidade entre o valor do capital integralizado e o dos empréstimos ou financiamentos levantados pelos associados, devendo estes subscrever e integralizar novas quotas-partes sempre que forem deferidos créditos acima desta proporção, nos termos da legislação e regulamentação vigentes.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO II</b> <b>DO RELACIONAMENTO POR MEIO ELETRÔNICO</b></p> <p><b>Art. 20.</b> No ato de admissão, o associado pessoa natural, <b>inclusive</b> o microempreendedor individual (MEI), que tenha por objetivo a abertura de conta de depósitos e a manutenção desse relacionamento exclusivamente por meio eletrônico subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, 20 quotas-partes de R\$ 1,00 (um</p>	<p><b>→Adequação ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, disposição de artigo e parágrafos.</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, equivalente a R\$ 20,00 (Vinte reais).</p> <p>§ 1º Considera-se relacionamento por meio eletrônico com a <i>Cooperativa</i> aquele determinado pelo uso dos meios eletrônicos, assim entendidos os instrumentos e os canais remotos utilizados para comunicação e troca de informações, sem contato presencial, entre o associado e a <i>Cooperativa</i>, na forma da regulamentação em vigor.</p> <p>§ 2º Para aumento contínuo de capital, os associados com relacionamento por meio eletrônico subscreverão e integralizarão, mensalmente, o valor mínimo de quotas-partes, estabelecido pelo Conselho de Administração, conforme artigo 19.</p> <p>§ 3º O associado pessoa natural que realizar a abertura de conta de depósitos e a manutenção desse relacionamento exclusivamente por meio eletrônico aderirá automaticamente ao respectivo pacote de serviços, sendo este divulgado aos associados, conforme normas relativas ao assunto, assim como os demais pacotes tarifários da <i>Cooperativa</i>.</p> <p>§ 4º Concluído o processo de admissão, o associado que alterar seu relacionamento com a <i>Cooperativa</i> migrando para outro pacote de serviços que não o pacote de serviços referente ao relacionamento por meio eletrônico, não precisará promover a complementação do seu capital social conforme regra disposta no art. 17, deste Estatuto Social.</p>	<p>real) cada uma, equivalentes a R\$ 20,00 (Vinte reais).</p> <p>§ 1º Considera-se relacionamento por meio eletrônico com a <i>Cooperativa</i> aquele determinado pelo uso dos meios eletrônicos, assim entendidos os instrumentos e os canais remotos utilizados para comunicação e troca de informações, sem contato presencial, entre o associado e a <i>Cooperativa</i>, na forma da regulamentação em vigor.</p> <p>§ 2º Para aumento contínuo de capital, os associados com relacionamento por meio eletrônico subscreverão e integralizarão, mensalmente, o valor mínimo de quotas-partes, estabelecido pelo Conselho de Administração, conforme artigo 19.</p> <p>§ 3º O associado pessoa natural que realizar a abertura de conta de depósitos e a manutenção desse relacionamento exclusivamente por meio eletrônico aderirá automaticamente ao respectivo pacote de serviços, sendo este divulgado aos associados, conforme normas relativas ao assunto, assim como os demais pacotes tarifários da <i>Cooperativa</i>.</p>	<p>→Adequação ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, disposição de artigo e parágrafos.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO II DA REMUNERAÇÃO DO CAPITAL</b></p> <p><b>Art. 22</b> O capital integralizado pelo associado deve permanecer na cooperativa por prazo que possibilite o desenvolvimento regular da sociedade e as restituições de quotas não poderão exceder a 3% (três por cento) do capital social da cooperativa no exercício respectivo, dependendo, inclusive, da observância dos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente, sendo a devolução parcial condicionada, ainda, à autorização específica do Conselho de Administração ou, na sua ausência, da diretoria.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> As restituições de quotas que ultrapassem o limite proposto no caput deste artigo serão submetidas para resgate no exercício seguinte.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO III DA MOVIMENTAÇÃO DAS QUOTAS-PARTES</b></p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO I DA TRANSFERÊNCIA</b></p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO II DO RESGATE ORDINÁRIO</b></p> <p><b>Art. 24</b> Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, acrescidas dos respectivos juros quando houver <b>e das sobras que lhe tiverem sido registradas</b>, ou reduzidas das respectivas perdas, <b>respeitado o disposto do art. 22 deste Estatuto Social, observado, além de</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO II DA REMUNERAÇÃO DO CAPITAL</b></p> <p><b>Art. 21</b> O capital integralizado pelo associado deve permanecer na cooperativa por prazo que possibilite o desenvolvimento regular da sociedade e as restituições de quotas não poderão exceder a 3% (três por cento) do capital social da cooperativa no exercício respectivo, dependendo, inclusive, da observância dos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente, sendo a devolução parcial condicionada, ainda, à autorização específica do Conselho de Administração ou, na sua ausência, da diretoria.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> As restituições de quotas que ultrapassem o limite proposto no caput deste artigo serão submetidas para resgate no exercício seguinte.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO II DA MOVIMENTAÇÃO DAS QUOTAS-PARTES</b></p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO I DO RESGATE ORDINÁRIO</b></p> <p><b>Art. 22</b> Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, acrescidas dos respectivos juros, quando houver, <b>e do valor decorrente de conversão de sobras</b>, ou reduzidas das respectivas perdas, <b>observado, além de outras</b></p>	

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>outras disposições deste Estatuto Social, o seguinte:</b></p> <p>I. a <i>Cooperativa</i> poderá promover a compensação entre o valor total do débito do associado, referente a todas as suas operações vencidas e vincendas, e seu crédito oriundo das respectivas quotas-partes.</p> <p>II. o associado que possuir capital social igual ou inferior a R\$ 200,00 (duzentos reais) terá direito, quando de seu desligamento, à devolução de suas quotas-partes no prazo de até 30 (trinta) dias após o seu desligamento, em uma única parcela;</p> <p>III. para o associado que possuir capital social superior a R\$ 200,00 (duzentos reais) deve ser observado o seguinte:</p> <p>a) a devolução das quotas-partes será realizada após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado, <b>acrescida da respectiva atualização monetária, calculada desde a data da aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado, até o dia útil anterior à devolução;</b></p> <p>c) os herdeiros de associado falecido terão o direito de receber os valores das quotas-partes do capital e demais créditos existentes em nome do <i>de cujus</i>, atendidos os requisitos legais, apurados por ocasião do encerramento do exercício social em que se deu o falecimento, <b>respeitado o artigo 22 deste estatuto social,</b> ressalvado o enquadramento do associado falecido ao disposto no inciso II, quando então serão aplicadas as</p>	<p><b>disposições deste Estatuto Social, o seguinte:</b></p> <p>I. a <i>Cooperativa</i> poderá promover a compensação entre o valor total do débito do associado, referente a todas as suas operações vencidas e vincendas, e seu crédito oriundo das respectivas quotas-partes;</p> <p>II. o associado que possuir capital social igual ou inferior a R\$ 200,00 (duzentos reais) terá direito, quando de seu desligamento, à devolução de suas quotas-partes no prazo de até 30 (trinta) dias após o seu desligamento, em uma única parcela;</p> <p>III. para o associado que possuir capital social superior a R\$ 200,00 (duzentos reais) deve ser observado o seguinte:</p> <p>a) a devolução das quotas-partes será realizada após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado;</p> <p>b) os herdeiros de associado falecido terão o direito de receber os valores das quotas-partes do capital e demais créditos existentes em nome do <i>de cujus</i>, atendidos aos requisitos legais, apurados por ocasião do encerramento do exercício social em que se deu o falecimento, <b>respeitado o artigo 21 deste estatuto social,</b> ressalvado o enquadramento do associado falecido ao disposto no</p>	<p><b>→Adequação ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, disposição de artigo e parágrafos.</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>regras deste inciso II.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO III DO RESGATE EVENTUAL</b></p> <p><b>Art. 25</b> Ao associado pessoa física que cumprir as disposições deste Estatuto Social, não estiver inadimplente perante a Cooperativa, tiver no mínimo 60 (sessenta) anos de idade e ter no mínimo 15 (quinze) anos de associação, será facultada a devolução de suas quotas-partes, preservando apenas o valor mínimo de subscrição de quotas, observado o seguinte:</p> <p>I. a opção de resgate eventual será exercida pelo associado, considerando-se o saldo atualizado em conta capital no último exercício social aprovado pela Assembleia Geral;</p> <p>II. o valor a ser devolvido pela Cooperativa como resgate eventual ao associado, será na proporção de 1% ao mês das suas quota-partes, resgatada</p>	<p>inciso II deste artigo, quando então serão aplicadas as regras deste inciso II;</p> <p>c) os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO II DO RESGATE EVENTUAL</b></p> <p><b>Art. 23</b> O associado pessoa natural que cumprir as disposições deste Estatuto Social, tiver no mínimo 60 (sessenta) anos de idade e pelo menos 15 (quinze) anos de associação, poderá solicitar a devolução parcial de suas quotas-partes, no valor máximo de 1% (por extenso) por mês, o que dependerá de autorização específica, a critério do Conselho de Administração, e da preservação, além do número mínimo de quotas-partes, dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor e da integridade e inexigibilidade do capital e do patrimônio líquido.</p> <p>I. a opção de resgate eventual será exercida pelo associado, considerando-se o saldo atualizado em conta capital no último exercício social aprovado pela Assembleia Geral;</p>	<p>→Adequação ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, disposição de artigo e parágrafos.</p> <p>→Adequação ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, disposição de artigo e parágrafos.</p>



ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>mensalmente, preservando o valor mínimo de subscrição de quotas;</p> <p>III. os valores das parcelas do resgate eventual nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração;</p> <p>IV. tornando-se inadimplente em qualquer operação, o associado perderá automaticamente o direito de receber as parcelas do resgate eventual vencidas e não pagas ou vincendas, podendo a <i>Cooperativa</i> aplicar a compensação prevista neste Estatuto;</p> <p>V. no caso de desligamento do associado, nas formas previstas neste Estatuto, durante o período de recebimento das parcelas do resgate eventual, o saldo remanescente da conta capital e o saldo registrado em capital a devolver serão somados, e ao resultado apurado serão aplicadas as regras para o resgate ordinário.</p> <p><b>Art. 26</b> Ao associado pessoa jurídica que cumprir as disposições deste Estatuto, não estiver inadimplente perante a <i>Cooperativa</i> e ter no mínimo 25 (vinte e cinco) anos de associação, será facultada a devolução de suas quotas-partes, preservando apenas o valor mínimo de subscrição de quotas, observadas as disposições contidas nos incisos do artigo anterior.</p>	<p>II. os valores das parcelas do resgate eventual nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração;</p> <p>III. tornando-se inadimplente em qualquer operação, o associado perderá automaticamente o direito de receber as parcelas do resgate eventual vencidas e não pagas ou vincendas, podendo a <i>Cooperativa</i> aplicar a compensação prevista neste Estatuto;</p> <p>IV. no caso de desligamento do associado, nas formas previstas neste Estatuto, durante o período de recebimento das parcelas do resgate eventual, o saldo remanescente da conta capital e o saldo registrado em capital a devolver serão somados, e ao resultado apurado serão aplicadas as regras para o resgate ordinário.</p> <p><b>Art. 24</b> Ao associado pessoa jurídica que cumprir as disposições deste Estatuto, não estiver inadimplente perante a <i>Cooperativa</i> e ter no mínimo 26 (vinte e cinco) anos de associação, será facultada a devolução de suas quotas-partes, preservando apenas o valor mínimo de subscrição de quotas, observadas as disposições contidas nos incisos do artigo anterior.</p> <p><b>Parágrafo único:</b> Em caso de aprovação do resgate eventual solicitado pelo associado, a <i>Cooperativa</i> promoverá a compensação de débito vencido, deduzindo da parcela de capital a ser paga o montante da dívida em atraso.</p>	<p>→ <b>Devolução de capital conforme Conselho de Administração.</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p style="text-align: center;"><b>TÍTULO IV</b> <b>DO BALANÇO, DAS SOBRAS, DAS PERDAS E DOS FUNDOS SOCIAIS</b></p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO I</b> <b>DO BALANÇO E DO RESULTADO</b></p> <p><b>Art. 27</b> O balanço e os demonstrativos de sobras e perdas serão elaborados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, devendo, também, ser elaborados balancetes de verificação mensais.</p> <p><b>Art. 28</b> As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deliberará:</p> <p>I. <b>pe</b>lo <b>rateio</b> entre os associados, proporcionalmente às operações realizadas com a <i>Cooperativa</i> segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral;</p> <p>II. pela constituição de outros fundos ou destinação aos fundos existentes;</p> <p>III. pela manutenção na conta “sobras/perdas acumuladas”; <b>ou</b></p> <p>IV. pela incorporação ao capital <b>ou crédito na conta</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>TÍTULO IV</b> <b>DO BALANÇO, DAS SOBRAS, DAS PERDAS E DOS FUNDOS</b></p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO I</b> <b>DO BALANÇO, DAS SOBRAS E DAS PERDAS</b></p> <p><b>Art. 25.</b> O balanço e os demonstrativos de sobras e perdas serão elaborados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, devendo, também, ser elaborados balancetes de verificação mensais, <b>devendo ser observado o seguinte para as sobras e perdas:</b></p> <p><b>§ 1º</b> As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deliberará:</p> <p>I. <b>pela distribuição</b> entre os associados, proporcionalmente às operações realizadas com a <i>Cooperativa</i> segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral;</p> <p>II. pela constituição de outros fundos ou destinação aos fundos existentes;</p> <p>III. pela manutenção na conta sobras/perdas acumuladas;</p> <p>IV. pela incorporação ao capital do associado, observada a proporcionalidade referida no inciso I</p>	

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>corrente</b> do associado, observada a proporcionalidade referida no inciso I deste artigo.</p> <p><b>Art. 29</b> As perdas <b>verificadas no decorrer</b> do exercício serão cobertas com recursos provenientes do Fundo de Reserva ou, <b>no</b> caso de insuficiência, alternativa ou cumulativamente, das seguintes formas:</p> <p>I. mediante compensação por meio de sobras dos exercícios seguintes, desde que a <i>Cooperativa</i>:</p> <p>a) mantenha-se ajustada aos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente;</p> <p>b) conserve o controle da parcela correspondente a cada associado no saldo das perdas retidas, <b>evitando que os novos associados suportem perdas de exercício em que não eram inscritos na sociedade</b>;</p> <p>c) atenda aos demais requisitos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Sicoob <b>Confederação e pela cooperativa central a que estiver associada, se existentes</b>.</p> <p>II. <b>mediante</b> rateio entre os associados, considerando-se as operações realizadas ou mantidas na <i>Cooperativa</i>, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas,</p>	<p>deste artigo;</p> <p>V. <b>por outras destinações específicas, desde que permitidas pela legislação e regulamentação em vigor.</b></p> <p>§ 2º As perdas <b>apuradas</b> no exercício serão cobertas com recursos provenientes do Fundo de Reserva ou, <b>em</b> caso de insuficiência, alternativa ou cumulativamente, das seguintes formas:</p> <p>I. mediante compensação por meio de sobras dos exercícios seguintes, desde que a <i>Cooperativa</i>:</p> <p>a) mantenha-se ajustada aos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente;</p> <p>b) conserve o controle da parcela correspondente a cada associado no saldo das perdas retidas, <b>conforme rateio previsto no inciso II deste parágrafo</b>;</p> <p>c) atenda aos demais requisitos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Sicoob.</p> <p>II. <b>por meio de</b> rateio entre os associados, considerando-se as operações realizadas ou</p>	<p>→Adequação ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, disposição de artigo e parágrafos.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO II DOS FUNDOS</b></p> <p><b>Art. 30</b> Das sobras apuradas no exercício serão deduzidos os seguintes percentuais para os fundos obrigatórios:</p> <p>I. 70% (Setenta por cento) para o Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>II. 5% (cinco por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates) destinado à prestação de assistência aos associados e a seus familiares, e aos empregados da <i>Cooperativa</i>.</p> <p><b>§ 1º</b> O saldo que restar ficará à disposição da Assembleia Geral.</p>	<p>mantidas na <i>Cooperativa</i>, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral, <a href="#">observada a regulamentação em vigor</a>.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO II DOS FUNDOS</b></p> <p><b>Art. 26.</b> Das sobras apuradas no exercício serão deduzidos os seguintes percentuais para os fundos obrigatórios:</p> <p>I. 70% (Setenta por cento) para o Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>II. 5% (cinco por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates) destinado à prestação de assistência aos associados e a seus familiares, e aos empregados da <i>Cooperativa</i>.</p> <p><a href="#">§ 1º Poderão ser canalizados ao Fundo de Reserva, antes da apuração das destinações obrigatórias, as doações sem destinação específica e, a critério do Conselho de Administração, os valores em prejuízo recuperados de exercícios anteriores e outros valores objeto de recuperação, inclusive em decorrência da legislação aplicável.</a></p> <p><b>§ 2º</b> O saldo que restar ficará à disposição da Assembleia Geral.</p>	<p><b>→ Adequação ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, disposição de artigo e parágrafos.</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>§ 2º O Fundo de Reserva destina-se a reparar perdas eventuais e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa.</p> <p>§ 3º O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social destina-se a prestar assistência aos associados e funcionários, que pode ser executada mediante convênios com entidades especializadas, oficiais ou não.</p> <p>§ 4º O Fundo de Reserva será liquidado na forma da lei.</p> <p>§ 5º O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social será liquidado na forma da lei.</p> <p><b>Art. 31</b> Além dos fundos previstos no art. 30, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, de aplicação e de liquidação.</p> <p style="text-align: center;"><b>TÍTULO V DAS OPERAÇÕES</b></p> <p><b>Art. 32</b> A Cooperativa poderá realizar operações e prestar serviços permitidos pela regulamentação em vigor.</p> <p>§ 1º A captação de recursos e a concessão de créditos e garantias devem ser restritas aos associados, ressalvados a captação de recursos dos Municípios, de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, as operações realizadas com outras instituições financeiras e os recursos obtidos de pessoas jurídicas, em caráter eventual, a taxas favorecidas ou isentos de remuneração.</p>	<p>§ 3º O Fundo de Reserva destina-se a reparar perdas eventuais e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa.</p> <p>§ 4º O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social destina-se a prestar assistência aos associados e funcionários, que pode ser executada mediante convênios com entidades especializadas, oficiais ou não.</p> <p>§ 5º O Fundo de Reserva será liquidado na forma da lei.</p> <p>§ 6º O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social será liquidado na forma da lei.</p> <p>§ 7º Além dos previstos nos incisos I e II deste artigo, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.</p>	<p>→Adequação ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, disposição de artigo e parágrafos.</p> <p>→Exclusão para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, está implícita na função da cooperativa suas operações, inclusive critérios de concessão a membros estatutários e partes relacionadas</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>§ 2º Ressalvado o disposto no § 1º deste artigo, é permitida a prestação de outros serviços de natureza financeira e afins a associados e a não associados.</p> <p>§ 3º A concessão de crédito e a prestação de garantias a membros de órgãos estatutários e a pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros, observará critérios idênticos aos utilizados para os demais associados, podendo a Assembleia Geral fixar critérios mais rigorosos.</p> <p>§ 4º As operações de depósitos à vista e a prazo e de concessão de créditos obedecerão aos normativos aprovados pelo Conselho de Administração, pela Central Sicoob São Paulo e pelo Sicoob Confederação.</p> <p><b>Art. 33</b> A <i>Cooperativa</i> pode participar do capital de outras instituições, desde que respeitadas a legislação e a regulamentação em vigor.</p> <p style="text-align: center;"><b>TÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL</b></p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS SOCIAIS</b></p> <p><b>Art. 34</b> A estrutura de governança corporativa da <i>Cooperativa</i> é composta pelos seguintes órgãos sociais:</p> <p>I. Assembleia Geral;</p> <p>II. Conselho de Administração;</p>	<p style="text-align: center;"><b>TÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL</b></p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS SOCIAIS</b></p> <p><b>Art. 27.</b> A estrutura de governança corporativa da <i>Cooperativa</i> é composta pelos seguintes órgãos sociais:</p> <p>I. Assembleia Geral;</p>	

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>III. Diretoria Executiva; e</p> <p>IV. Conselho Fiscal.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO II DA ASSEMBLEIA GERAL</b></p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO I DA DEFINIÇÃO</b></p> <p><b>Art. 35</b> A Assembleia Geral, que poderá ser ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da <i>Cooperativa</i>, tendo poderes, nos limites da lei e deste Estatuto Social, para tomar toda e qualquer decisão de interesse social.</p> <p><b>§ 1º</b> As decisões tomadas em Assembleia Geral vinculam a todos os associados, ainda que ausentes ou discordantes e constarão de ata lavrada em livro próprio ou em folhas soltas.</p> <p><b>§ 2º</b> A forma de lavratura das atas consta em normativo específico e deve ser observada pela <i>Cooperativa</i>.</p>	<p>II. Conselho de Administração;</p> <p>III. Diretoria Executiva;</p> <p>IV. Conselho Fiscal.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> O Conselho de Administração tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, as quais estão a cargo da Diretoria Executiva.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO II DA ASSEMBLEIA GERAL</b></p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO I DA DEFINIÇÃO</b></p> <p><b>Art. 28</b> A Assembleia Geral, que poderá ser ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da <i>Cooperativa</i>, tendo poderes, nos limites da lei e deste Estatuto Social, para tomar toda e qualquer decisão de interesse social.</p> <p><b>§ 1º</b> As decisões tomadas em Assembleia Geral vinculam a todos os associados, ainda que ausentes ou discordantes e constarão de ata lavrada em livro próprio ou em folhas soltas.</p> <p><b>§ 2º</b> A forma de lavratura das atas consta em normativo específico e deve ser observada pela <i>Cooperativa</i>.</p>	<p>→Parágrafo único sobre o papel estratégico do Conselho de Administração</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO II</b> <b>DA COMPETÊNCIA PARA A CONVOCAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 36</b> A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo presidente do Conselho de Administração.</p> <p><b>§ 1º</b> A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos, após solicitação, não atendida pelo presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de protocolização da solicitação.</p> <p><b>§ 2º</b> A Central Sicoob São Paulo poderá, no exercício da supervisão local, solicitar que a <i>Cooperativa</i> convoque Assembleia Geral Extraordinária nos seguintes casos:</p> <p>I. situações de risco no âmbito da cooperativa singular filiada;</p> <p>II. fraudes e irregularidades comprovadas em Auditoria;</p> <p>III. ausência de preservação dos princípios cooperativistas.</p> <p><b>§ 3º</b> A Central Sicoob São Paulo poderá, mediante decisão do respectivo Conselho de Administração, convocar Assembleia Geral Extraordinária da</p>	<p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO II</b> <b>DA COMPETÊNCIA PARA A CONVOCAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 29.</b> A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo presidente do Conselho de Administração.</p> <p><b>§ 1º</b> A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos, após solicitação, não atendida pelo presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de protocolização da solicitação.</p> <p><b>§ 2º</b> A Central Sicoob São Paulo poderá, no exercício da supervisão local, solicitar que a <i>Cooperativa</i> convoque Assembleia Geral Extraordinária nos seguintes casos:</p> <p>I. situações de risco no âmbito da cooperativa singular filiada;</p> <p>II. fraudes e irregularidades comprovadas em Auditoria;</p> <p>III. ausência de preservação dos princípios cooperativistas.</p> <p><b>§ 3º</b> A Central Sicoob São Paulo poderá, mediante decisão do respectivo Conselho de Administração, convocar Assembleia Geral Extraordinária da</p>	



ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><i>Cooperativa</i> se a solicitação prevista no § 2º não for atendida no prazo de 10 (dez) dias corridos.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO III</b> <b>DO PRAZO DE CONVOCAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 37</b> Em quaisquer das hipóteses referidas no artigo anterior, a Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, em primeira convocação, mediante edital divulgado de forma tríplice e cumulativa, da seguinte forma:</p> <p>I. afixação em locais apropriados das dependências comumente mais frequentadas pelos associados;</p> <p>II. publicação em jornal de circulação regular; e</p> <p>III. comunicação aos associados por intermédio de circulares e/ou por meios eletrônicos.</p> <p>§ 1º Não havendo, no horário estabelecido, <i>quórum</i> de instalação, a assembleia poderá realizar-se em segunda e terceira convocações, no mesmo dia da primeira, com o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação, desde que assim conste do respectivo edital.</p> <p>§ 2º Quando houver eleição do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, a Assembleia Geral deverá ser convocada com antecedência mínima de 45</p>	<p><i>Cooperativa</i> se a solicitação prevista no § 2º não for atendida no prazo de 10 (dez) dias corridos.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO III</b> <b>DO PRAZO DE CONVOCAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 30.</b> A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, em primeira convocação, mediante edital divulgado de forma tríplice e cumulativa, da seguinte forma:</p> <p>I. afixação em locais apropriados das dependências comumente mais frequentadas pelos associados;</p> <p>II. publicação em jornal de circulação regular, em formato físico ou eletrônico;</p> <p>III. comunicação aos associados por intermédio de circulares e/ou por meios eletrônicos.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Não havendo, no horário estabelecido, quórum de instalação, a assembleia poderá realizar-se em segunda e terceira convocações, no mesmo dia da primeira, com o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação, desde que assim conste do respectivo edital.</p>	<p>→Adequação ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, disposição de artigo e parágrafos, publicação do edital por jornal em formato físico ou eletrônico.</p> <p>→Exclusão para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, já consta prazo no</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>(quarenta e cinco) dias corridos, conforme seu Regulamento Eleitoral.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO IV DO EDITAL</b></p> <p><b>Art. 38</b> Do edital de convocação da Assembleia Geral deve conter o que segue, sem prejuízo das orientações descritas em regulamento próprio:</p> <p>I. a denominação social completa da <i>Cooperativa</i>, CNPJ e Número de Inscrição no Registro de Empresa (NIRE), seguida de indicação de que se trata de edital de convocação de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária;</p> <p>II. o dia e a hora da assembleia em cada convocação, observado o intervalo mínimo de uma hora entre cada convocação, assim como o endereço do local de realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;</p> <p>III. a sequência numérica das convocações e <i>quórum</i> de instalação;</p> <p>IV. a ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações e, em caso de reforma do estatuto, a indicação precisa da matéria;</p>	<p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO IV DO EDITAL</b></p> <p><b>Art. 31.</b> Do edital de convocação da Assembleia Geral deve conter o que segue, sem prejuízo das orientações descritas em regulamento próprio:</p> <p>I. a denominação social completa da <i>Cooperativa</i>, CNPJ e Número de Inscrição no Registro de Empresa (NIRE), seguida de indicação de que se trata de edital de convocação de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária;</p> <p>II. o dia e a hora da assembleia em cada convocação, observado o intervalo mínimo de uma hora entre cada convocação, assim como o endereço do local de realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;</p> <p>III. a sequência numérica das convocações e o quórum de instalação;</p> <p>IV. a ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações e, em caso de reforma do Estatuto Social, a indicação precisa da matéria;</p>	<p>Regulamento Eleitoral.</p> <p style="text-align: center;"><b>→ Sem alterações.</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>V. o local, a data, o nome, o cargo e a assinatura do responsável pela convocação conforme art. 36.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> No caso de a convocação ser feita por associados, o edital deve ser assinado, no mínimo, por 4 (quatro) dos signatários do documento <b>que a solicitou.</b></p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO V</b> <b>DO QUORUM DE INSTALAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 39</b> O <i>quórum</i> mínimo de instalação da Assembleia Geral, verificado pelas assinaturas lançadas no Livro de Presenças da assembleia, é o seguinte:</p> <p>I. 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação;</p> <p>II. metade mais 1 (um) do número de associados, em segunda convocação;</p> <p>III. 10 (dez) associados, em terceira e última convocação.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO VI</b> <b>DO FUNCIONAMENTO</b></p>	<p>V. o local, a data, o nome, o cargo e a assinatura do responsável pela convocação <b>conforme art. 29</b> deste Estatuto Social.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> No caso de a convocação ser feita por associados, o edital deve ser assinado, no mínimo, por 4 (quatro) dos signatários do documento <b>por meio do qual foi requerida.</b></p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO V</b> <b>DO QUÓRUM DE INSTALAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 32.</b> O quórum mínimo de instalação da Assembleia Geral, verificado pelas assinaturas lançadas no livro de presenças da assembleia, é o seguinte:</p> <p>I. 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação;</p> <p>II. metade mais 1 (um) do número de associados, em segunda convocação;</p> <p>III. 10 (dez) associados, em terceira e última convocação.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO VI</b> <b>DO FUNCIONAMENTO</b></p>	<p>→Adequação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>Art. 40</b> Os trabalhos da Assembleia Geral serão ordinariamente dirigidos pelo presidente do Conselho de Administração.</p> <p><b>§ 1º</b> Na ausência do presidente do Conselho de Administração, assumirá a direção da Assembleia Geral o vice-presidente e, na ausência deste, um dos membros do Conselho de Administração, que poderá nomear um secretário entre os demais membros deste Conselho ou um associado indicado pelos presentes na Assembleia.</p> <p><b>§ 2º</b> Quando a Assembleia Geral não for convocada pelo presidente do Conselho de Administração, os trabalhos serão dirigidos pelo primeiro signatário do edital de convocação e secretariados por associado escolhido na ocasião.</p> <p><b>§ 3º</b> Quando a Assembleia Geral for convocada pela Central Sicoob São Paulo, os trabalhos serão dirigidos pelo representante da Central Sicoob São Paulo e secretariados por convidado pelo primeiro.</p> <p><b>§ 4º</b> O presidente da Assembleia ou seu substituto poderá indicar empregado ou associado da <i>Cooperativa</i> para secretariar a Assembleia e lavrar a ata.</p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO I DA REPRESENTAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 41</b> Cada associado será representado na Assembleia Geral da <i>Cooperativa</i> pela própria pessoa natural associada com direito a voto ou pelo</p>	<p><b>Art. 33.</b> Os trabalhos da Assembleia Geral serão ordinariamente dirigidos pelo presidente do Conselho de Administração.</p> <p><b>§ 1º</b> Na ausência do presidente do Conselho de Administração, assumirá a direção da Assembleia Geral o vice-presidente e, na ausência deste um dos membros do Conselho de Administração, que poderá nomear um secretário entre os demais membros deste Conselho ou um associado indicado pelos presentes na Assembleia.</p> <p><b>§ 2º</b> Quando a Assembleia Geral não for convocada pelo presidente do Conselho de Administração, os trabalhos serão dirigidos pelo primeiro signatário do edital de convocação e secretariados por associado escolhido na ocasião.</p> <p><b>§ 3º</b> Quando a Assembleia Geral for convocada pela Central Sicoob São Paulo, os trabalhos serão dirigidos pelo representante da Central Sicoob São Paulo e secretariados por convidado pelo primeiro.</p> <p><b>§ 4º</b> O presidente da Assembleia ou seu substituto poderá escolher empregado ou associado da <i>Cooperativa</i> para secretariar a Assembleia e lavrar a ata.</p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO I DA REPRESENTAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 34.</b> Cada associado será representado na Assembleia Geral da <i>Cooperativa</i> pela própria pessoa natural associada com direito a voto ou pelo</p>	<p style="text-align: center;"><b>→ Sem alterações.</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>representante legal da pessoa jurídica associada, com direito a votar.</p> <p>§ 1º O representante da pessoa jurídica associada deverá comprovar sua qualidade de representante.</p> <p>§ 2º A pessoa natural e a pessoa jurídica não poderão ser representadas por procurador.</p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO II DO VOTO</b></p> <p><b>Art. 43</b> Em regra a votação será aberta ou por aclamação, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto, atendendo inclusive a regulamentação própria.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> A votação também poderá ocorrer, através de aplicativo próprio a ser utilizado dentro da normatização e legislação vigentes.</p> <p><b>Art. 42</b> Os ocupantes de cargos estatutários, bem como quaisquer outros associados, não poderão votar nos assuntos de que tenha interesse direto ou indireto, entre os quais os relacionados à prestação de contas e à fixação de honorários, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.</p> <p><b>Art. 44</b> As deliberações na Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito a votar, exceto quando se tratar dos assuntos de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária enumerados no <b>art. 52</b>, quando</p>	<p>representante legal da pessoa jurídica associada, com direito a votar.</p> <p>§ 1º O representante da pessoa jurídica associada deverá comprovar sua qualidade de representante.</p> <p>§ 2º A pessoa natural e a pessoa jurídica não poderão ser representadas por procurador.</p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO II DO VOTO</b></p> <p><b>Art. 35.</b> Em regra, a votação será aberta ou por aclamação, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto, atendendo inclusive a regulamentação própria.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> A votação também poderá ocorrer, através de aplicativo próprio a ser utilizado dentro da normatização e legislação vigentes.</p> <p>§ 1º Os ocupantes de cargos estatutários, bem como quaisquer outros associados, não poderão votar nos assuntos de que tenham interesse direto ou indireto, entre os quais os relacionados à prestação de contas e à fixação de honorários, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.</p> <p>§ 2º As deliberações na Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito a votar, exceto quando se tratar dos assuntos de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária, enumerados no <b>art. 39</b>, quando serão</p>	<p>→Sem alterações.</p> <p>→Adequação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, redação e na seção.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes.</p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO III DA ATA</b></p> <p><b>Art. 45</b> Os assuntos discutidos e deliberados na Assembleia Geral constarão de ata lavrada em livro próprio ou em folhas soltas, a qual, lida e aprovada, será assinada ao final dos trabalhos pelo secretário, pelo presidente da assembleia, por, no mínimo, 3 (três) associados presentes, que não sejam membros dos órgãos estatutários ou empregado da <i>Cooperativa</i> e, ainda, por quantos mais o quiserem.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Devem, também, constar da ata da Assembleia Geral:</p> <p><b>I.</b> para os membros eleitos, nomes completos, números de CPF, nacionalidade, estado civil, profissão, carteira de identidade, constando o tipo, número, data de emissão e órgão expedidor do referido documento, a data de nascimento, endereço completo, constando inclusive o CEP, órgãos estatutários, cargos e prazos de mandato;</p> <p><b>II.</b> referência ao estatuto social reformado que será anexado à ata;</p> <p><b>III.</b> a declaração pelo secretário de que ata foi lavrada em folhas soltas que irá compor livro próprio, quando for o caso, ou que ela é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio.</p>	<p>necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes.</p>	<p><b>→Adequação e Exclusão para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, redação e na subseção, considerando a conformidade com o código civil para registro da ATA e critérios essenciais .</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO IV DA SESSÃO PERMANENTE</b></p> <p><b>Art. 46</b> A Assembleia Geral poderá ficar em sessão permanente até a solução dos assuntos a deliberar, desde que:</p> <p>I. sejam determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão;</p> <p>II. conste da respectiva ata o <i>quórum</i> de instalação, verificado na abertura quanto no reinício; e</p> <p>III. seja respeitada a ordem do dia constante do edital.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Para continuidade da Assembleia Geral é obrigatória a publicação de novo edital de convocação, exceto se o lapso de tempo entre a suspensão e o reinício da reunião não possibilitar o cumprimento do prazo legal para essa publicação.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO VII DAS DELIBERAÇÕES</b></p> <p><b>Art. 47</b> As deliberações da Assembleia Geral deverão versar somente sobre os assuntos constantes no edital de convocação.</p>	<p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO III DA SESSÃO PERMANENTE</b></p> <p><b>Art. 36.</b> A Assembleia Geral poderá ficar em sessão permanente até a solução dos assuntos a deliberar, desde que:</p> <p>I. sejam determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão;</p> <p>II. conste da respectiva ata o quórum de instalação, verificado na abertura quanto no reinício;</p> <p>III. seja respeitada a ordem do dia constante do edital.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Para continuidade da Assembleia Geral é obrigatória a publicação de novo edital de convocação, exceto se o lapso de tempo entre a suspensão e o reinício da reunião não possibilitar o cumprimento do prazo legal para essa publicação.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO IV DAS DELIBERAÇÕES</b></p>	<p style="text-align: center;">→ Sem alterações.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>Art. 48</b> É de competência da Assembleia Geral <b>Ordinária ou Extraordinária</b> deliberar sobre:</p> <p>I. aquisição, alienação, doação e/ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>II. destituição de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal;</p> <p>III. aprovação do regulamento eleitoral e da política de governança corporativa e demais políticas de alçada da Assembleia Geral exigidas pela regulamentação em vigor;</p> <p>IV. <b>julgar</b> recurso do associado que não concordar com a eliminação, nos termos do art. 11, § 3º deste Estatuto Social;</p> <p>V. <b>deliberar sobre a associação e demissão da Cooperativa</b> à Central Sicoob São Paulo.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA</b></p> <p><b>Art. 49</b> A Assembleia Geral Ordinária será realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses do exercício social, para deliberar sobre os seguintes assuntos que deverão</p>	<p><b>Art. 37.</b> É de competência da Assembleia Geral deliberar sobre:</p> <p>I. aquisição, alienação, doação e/ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>II. destituição de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal;</p> <p>III. aprovação do regulamento eleitoral e da política de governança corporativa e demais políticas de alçada da Assembleia Geral exigidas pela regulamentação em vigor;</p> <p>IV. <b>julgamento</b> de recurso de associado que não concordar com a eliminação, nos termos do art. 11, § 3º deste Estatuto Social;</p> <p>V. <b>filiação e demissão da Cooperativa</b> à Central Sicoob São Paulo.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA</b></p> <p><b>Art. 38.</b> A Assembleia Geral Ordinária será realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses do exercício social, para deliberar sobre os seguintes assuntos que deverão</p>	<p><b>→Adequação de redação e Exclusão para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob sobre atribuições da Assembleia Geral</b></p>



ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>constar da ordem do dia:</p> <p>I. prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:</p> <p>a) relatório da gestão;</p> <p>b) balanço;</p> <p>c) relatório da auditoria externa;</p> <p>d) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da Cooperativa.</p> <p>II. destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou rateio das perdas verificadas no exercício findo;</p> <p>III. estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas, com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas;</p> <p>IV. eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da <i>Cooperativa</i>;</p>	<p>constar da ordem do dia:</p> <p>I. prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:</p> <p>a) relatório da gestão;</p> <p>b) balanço;</p> <p>c) relatório da auditoria externa;</p> <p>d) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da <i>Cooperativa</i>.</p> <p>II. destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou rateio das perdas verificadas no exercício findo;</p> <p>III. estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas;</p> <p>IV. eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da</p>	<p>→ Sem alterações.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>V. fixação, quando prevista, do valor das cédulas de presença, honorários e gratificações dos membros do Conselho de Administração e cédula de presença dos membros do Conselho Fiscal;</p> <p>VI. quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no edital de convocação, excluídos os enumerados no art. 52.</p> <p><b>Art. 50</b> A realização da Assembleia Geral Ordinária deverá respeitar um período mínimo de 10 (dez) dias após a divulgação das demonstrações contábeis de encerramento do exercício.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO IV DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA</b></p> <p><b>Art. 51</b> A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da <i>Cooperativa</i>, desde que mencionado em edital de convocação.</p> <p><b>Art. 52</b> É de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:</p> <p>I. reforma do estatuto social;</p> <p>II. fusão, incorporação ou desmembramento;</p>	<p><i>Cooperativa, quando for o caso;</i></p> <p>V. fixação, quando prevista, do valor das cédulas de presença, honorários e gratificações dos membros do Conselho de Administração e cédula de presença dos membros do Conselho Fiscal;</p> <p>VI. quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no edital de convocação, excluídos os enumerados <b>no art. 39 deste Estatuto Social.</b></p> <p><b>Parágrafo único.</b> A realização da Assembleia Geral Ordinária deverá respeitar um período mínimo de 10 (dez) dias após a divulgação das demonstrações contábeis de encerramento do exercício.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO IV DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA</b></p> <p><b>Art. 39.</b> A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da <i>Cooperativa</i>, desde que mencionado em edital de convocação, <b>tendo os seguintes assuntos de sua competência exclusiva:</b></p> <p>I. reforma do Estatuto Social;</p> <p>II. fusão, incorporação ou desmembramento;</p>	<p><b>→Adequação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, redação e na subseção.</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>III. mudança do objeto social;</p> <p>IV. dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;</p> <p>V. prestação de contas do liquidante.</p> <p>§ 1º São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, com direito a votar, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS</b></p> <p><b>Art. 53 São órgãos de administração da Cooperativa:</b></p> <p>I. Conselho de Administração;</p> <p>II. Diretoria Executiva;</p> <p>III. Conselho Fiscal.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> O Conselho de Administração tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, as quais estão a cargo da Diretoria Executiva.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO I</b></p>	<p>III. mudança do objeto social;</p> <p>IV. dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;</p> <p>V. prestação de contas do liquidante.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, com direito a votar, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS</b></p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO I</b></p>	<p><b>→Adequação redação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</b></p> <p><b>→Exclusão redação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p align="center"><b>DAS CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO DOS CARGOS ESTATUTÁRIOS</b></p> <p><b>Art. 54</b> Constituem condições básicas para o exercício dos cargos estatutários da <i>Cooperativa</i>, sem prejuízo de outras previstas em leis ou normas aplicadas às cooperativas de crédito:</p> <p>I. ter reputação ilibada;</p> <p>II. ser residente no País;</p> <p>III. ser associado pessoa física da <i>Cooperativa</i>, exceto para os diretores executivos;</p> <p>IV. não estar declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de diretor ou de sócio administrador nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários;</p> <p>V. não responder, nem qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por pendências relativas a protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundo, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;</p> <p>VI. É condição adicional para exercício de cargo estatutário de administração possuir capacitação técnica</p>	<p align="center"><b>DAS CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO DOS CARGOS ESTATUTÁRIOS</b></p> <p><b>Art. 40</b> Constituem condições básicas para o exercício dos cargos estatutários da <i>Cooperativa</i>, sem prejuízo de outras previstas em leis ou normas aplicadas às cooperativas de crédito:</p> <p>I. ter reputação ilibada;</p> <p>II. ser residente no País;</p> <p>III. ser associado pessoa física da <i>Cooperativa</i>, exceto para os diretores executivos;</p> <p>IV. não estar declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de diretor ou de sócio administrador nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários;</p> <p>V. não responder, nem qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por pendências relativas a protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundo, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;</p> <p>VI. É condição adicional para exercício de cargo estatutário de administração possuir capacitação técnica</p>	

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>compatível com as atribuições do cargo, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos julgados relevantes, por intermédio de documentos e declaração firmada pela <i>Cooperativa</i>, a qual será dispensada nos casos de reeleição de membro, com mandato em vigor no mesmo cargo e órgão para o qual foi eleito na própria <i>Cooperativa</i>.</p> <p><b>VII.</b> não estar declarado falido ou insolvente;</p> <p><b>VIII.</b> não ter controlado ou administrado, nos 2 (dois) anos que antecedem a eleição, firma ou sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial;</p> <p><b>IX.</b> não participar da administração ou deter 5% (cinco por cento) ou mais do capital de empresas de fomento mercantil, outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com exceção de cooperativa de crédito;</p> <p><b>X.</b> não estar impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;</p> <p><b>XI.</b> não responder, nem qualquer sociedade da qual tenha sido controlador ou administrador à época dos fatos, por processo crime, inquérito policial e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;</p>	<p>compatível com as atribuições do cargo, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos julgados relevantes, por intermédio de documentos e declaração firmada pela <i>Cooperativa</i>, a qual será dispensada nos casos de reeleição de membro, com mandato em vigor no mesmo cargo e órgão para o qual foi eleito na própria <i>Cooperativa</i>.</p> <p><b>VII.</b> não estar declarado falido ou insolvente;</p> <p><b>VIII.</b> não ter controlado ou administrado, nos 2 (dois) anos que antecedem a eleição, firma ou sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial;</p> <p><b>IX.</b> não participar da administração ou deter 5% (cinco por cento) ou mais do capital de empresas de fomento mercantil, outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com exceção de cooperativa de crédito;</p> <p><b>X.</b> não estar impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;</p> <p><b>XI.</b> não responder, nem qualquer sociedade da qual tenha sido controlador ou administrador à época dos fatos, por processo crime, inquérito policial e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;</p>	

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>XII.</b> não responder por processo judicial ou administrativo que tenha relação com o Sistema Financeiro Nacional e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;</p> <p><b>XIII.</b> Tenha operado regularmente com a cooperativa, na qualidade de associado registrado em matrícula individual, nos últimos 60 (sessenta) meses, exceto para os diretores executivos;</p> <p><b>§ 1º</b> Não podem compor a mesma Diretoria Executiva ou Conselho de Administração, os parentes entre si até 2º (segundo) grau em linha reta ou colateral, bem como cônjuges e companheiros.</p> <p><b>§ 2º</b> A vedação prevista no inciso IX deste artigo aplica-se, inclusive, aos ocupantes de funções de gestão (superintendentes, gerentes e similares) da <i>Cooperativa</i>.</p> <p><b>§ 3º</b> A vedação de que trata o inciso IX deste artigo não se aplica à participação de conselheiros de cooperativas de crédito no Conselho de Administração ou colegiado equivalente de instituições financeiras e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pelas referidas Cooperativas, desde que não assumidas funções executivas nessas controladas.</p> <p><b>§ 4º</b> Nenhum associado pode exercer cumulativamente cargos nos órgãos de administração e no Conselho Fiscal.</p>	<p><b>XII.</b> não responder por processo judicial ou administrativo que tenha relação com o Sistema Financeiro Nacional e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;</p> <p><b>XIII.</b> Tenha operado regularmente com a cooperativa, na qualidade de associado registrado em matrícula individual, nos últimos 60 (sessenta) meses, exceto para os diretores executivos;</p> <p><b>XIV.</b> não estar em exercício de cargo político, nos termos da legislação eleitoral e deste Estatuto Social;</p> <p><b>§ 1º</b> Não podem compor a mesma Diretoria Executiva ou Conselho de Administração, os parentes entre si até 2º (segundo) grau em linha reta ou colateral, bem como cônjuges e companheiros.</p> <p><b>§ 2º</b> A vedação prevista no inciso IX deste artigo aplica-se, inclusive, aos ocupantes de funções de gestão (superintendentes, gerentes e similares) da <i>Cooperativa</i>.</p> <p><b>§ 3º</b> A vedação de que trata o inciso IX deste artigo não se aplica à participação de conselheiros de cooperativas de crédito no Conselho de Administração ou colegiado equivalente de instituições financeiras e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pelas referidas Cooperativas, desde que não assumidas funções executivas nessas controladas.</p> <p><b>§ 4º</b> Nenhum associado pode exercer cumulativamente cargos nos órgãos de administração e no Conselho Fiscal.</p>	<p><b>→Adequação ao estatuto modelo padrão do Sicoob.</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>§ 5º Não é admitida a eleição de representante de pessoa jurídica integrante do quadro de associados.</p>	<p>§ 5º Não é admitida a eleição de representante de pessoa jurídica integrante do quadro de associados.</p> <p>§ 6º Para os cargos estatutários de administração, estar aderente a política de sucessão de administradores.</p> <p>§ 7º Na hipótese de o membro do órgão estatutário ser indicado como candidato a cargo político eletivo, nos termos da legislação eleitoral, deverá apresentar pedido de afastamento (ausência temporária) das funções na Cooperativa em até 48h (quarenta e oito horas) após a data da solicitação do registro da candidatura na Justiça Eleitoral, sob pena de vacância do cargo.</p> <p>§ 8º para os fins do inciso XIV deste artigo, entende-se por cargo político:</p> <p>I. Posto eletivo: aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por meio de processo eleitorais (Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Distrital e Federal, Senador, Governador e Presidente da República), conforme a legislação eleitoral vigente;</p> <p>II. membro de executiva partidária: as pessoas que, filiadas a um determinado Partido, são eleitas para ocupar cargos executivo no Partido, assumindo funções de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro ou cargos equivalentes, conforme a regulamentação própria do Partido;</p> <p>III. Posto nomeado, designado ou delegado: aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por nomeação, designação ou delegação (Ministros de Estado, Secretário Estaduais, Distritais e Municipais).</p>	<p>→ Adequação ao estatuto modelo padrão do Sicoob.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO II</b> <b>DA INELEGIBILIDADE DE CANDIDATOS A CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 55</b> São condições de inelegibilidade de candidatos a cargos dos órgãos de administração, inclusive os executivos eleitos:</p> <p>I. pessoas impedidas por lei;</p> <p>II. condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;</p> <p>III. condenados por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de suborno, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, ou contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional.</p> <p><b>Art. 56</b> Para se candidatarem a cargo político-partidário os membros ocupantes de cargos de Administração e Conselho Fiscal deverão afastar-se do cargo ocupado na Cooperativa até a data da eleição. Se eleitos e empossados em cargos Executivos Majoritários, deverão se afastar do cargo ocupado na <i>Cooperativa</i>.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO III</b> <b>DA INVESTIDURA E DO EXERCÍCIO DOS CARGOS ESTATUTÁRIOS</b></p> <p><b>Art. 57</b> Os membros dos órgãos estatutários, depois de aprovada sua eleição pelo Banco Central do Brasil, serão investidos em seus cargos mediante termo de</p>	<p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO II</b> <b>DA INELEGIBILIDADE DE CANDIDATOS A CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 41</b> São condições de inelegibilidade de candidatos a cargos dos órgãos de administração, inclusive os executivos eleitos:</p> <p>I. pessoas impedidas por lei;</p> <p>II. condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;</p> <p>III. condenados por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de suborno, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, ou contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional.</p> <p><b>Art. 42</b> Para se candidatarem a cargo político-partidário os membros ocupantes de cargos de Administração e Conselho Fiscal deverão afastar-se do cargo ocupado na Cooperativa até a data da eleição. Se eleitos e empossados em cargos Executivos Majoritários, deverão se afastar do cargo ocupado na <i>Cooperativa</i>.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO III</b> <b>DA INVESTIDURA E DO EXERCÍCIO DOS CARGOS ESTATUTÁRIOS</b></p> <p><b>Art. 43</b> Os membros dos órgãos estatutários, depois de aprovada sua eleição pelo Banco Central do Brasil, serão investidos em seus cargos mediante termo de</p>	<p>→Adequação redação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob, critério conforme regulamento eleitoral.</p>



ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>posse e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Os eleitos serão empossados em até, no máximo, 20 (vinte) dias, contados da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO IV DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 58</b> O Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral, é composto por 9 (nove) membros efetivos, sendo um Presidente, um Vice-Presidente, todos associados da Cooperativa.</p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO II DO MANDATO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 59</b> O mandato do Conselho de Administração é de 4 (quatro) anos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de</p>	<p>posse e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Os eleitos serão empossados em até, no máximo, 20 (vinte) dias, contados da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO IV DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO <b>E MANDATO</b> DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 44.</b> O Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral, é composto por 9 (nove) membros efetivos, sendo um Presidente, um Vice-Presidente, todos associados da Cooperativa</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Os membros do Conselho de Administração, incluindo o presidente e o vice-presidente, serão eleitos conforme os respectivos cargos descritos no registro da chapa, seguindo o disposto no regulamento eleitoral.</p> <p><b>Art. 45.</b> O mandato do Conselho de Administração é de 4 (quatro) anos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de</p>	<p style="text-align: right;"><b>→Adequação redação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>seus membros.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> O mandato dos conselheiros de administração estender-se-á até a posse dos seus substitutos.</p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO III DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 60</b> O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente, ou da maioria do Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal:</p> <p>I. as reuniões se realizarão com a presença mínima de metade mais um dos membros;</p> <p>II. as deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes;</p> <p>III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes serão consignados em atas <b>lavradas em livro próprio ou em folhas soltas, lidas, aprovadas e assinadas pelos membros presentes;</b></p> <p><b>§ 1º</b> O presidente do Conselho de Administração votará com o fim único e exclusivo de desempatar a votação.</p>	<p>seus membros.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> O mandato dos conselheiros de administração estender-se-á até a posse dos seus substitutos.</p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO II DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 46.</b> O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente, ou da maioria do Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal:</p> <p>I. as reuniões se realizarão com a presença mínima de metade mais um dos membros;</p> <p>II. as deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes;</p> <p>III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes serão consignados em atas.</p> <p><b>§ 1º</b> O presidente do Conselho de Administração votará com o fim único e exclusivo de desempatar a votação.</p>	<p><b>→Adequação redação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>§ 2º Deve abster-se da discussão e votação o membro que tiver qualquer conflito de interesse em determinada deliberação.</p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO IV DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DE CARGOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 61</b> Nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o presidente do Conselho de Administração será substituído pelo vice-presidente.</p> <p><b>Art. 62</b> Nos casos de impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias corridos ou de vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente, o Conselho de Administração designará substituto escolhido entre seus membros.</p> <p><b>Art. 65</b> Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo <b>eletivo</b>:</p> <p>I. morte ou invalidez permanente;</p>	<p>§ 2º Deve abster-se da discussão e votação o membro que tiver qualquer conflito de interesse em determinada deliberação.</p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO III DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DE CARGOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 47.</b> Para ausências, impedimentos e vacância de cargos do Conselho de Administração, a <i>Cooperativa</i> deve observar as seguintes disposições:</p> <p>I. nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o presidente do Conselho de Administração será substituído pelo vice-presidente.</p> <p>II. nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias corridos ou na vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente, o Conselho de Administração designará substitutos escolhidos entre seus membros;</p> <p>III. constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo <b>de conselheiro de administração</b>:</p> <p>a) morte ou invalidez permanente;</p>	

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>II. renúncia;</p> <p>III. destituição;</p> <p>IV. não comparecimento, sem a devida justificativa a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o exercício social;</p> <p>V. patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria <i>Cooperativa</i>, salvo aquelas que visem ao exercício do próprio mandato; <b>ou</b></p> <p>VI. desligamento do quadro de associados da <i>Cooperativa</i>.</p> <p>VII. diplomação, eleição ou nomeação para cargo político nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 37 deste Estatuto Social.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Para que não haja vacância automática do cargo eletivo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas, registradas em ata e aceitas pelos demais membros do Conselho de Administração.</p> <p><b>Art. 63</b> Ficando vagos, por qualquer tempo, metade ou mais dos cargos do Conselho de Administração deverá, <b>nesta ordem, o presidente ou seu substituto, ou os membros restantes, ou o Conselho Fiscal</b>, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência, <b>convocar</b> Assembleia Geral para o preenchimento dos cargos</p>	<p>b) renúncia;</p> <p>c) destituição;</p> <p>d) não comparecimento, sem a devida justificativa a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o exercício social;</p> <p>e) patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria <i>Cooperativa</i>, salvo aquelas que visem ao exercício do próprio mandato;</p> <p>f) desligamento do quadro de associados da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>g) diplomação, eleição ou nomeação para cargo político nos termos dos §§ 7º e 8º do art. 40 deste Estatuto Social.</p> <p><b>§ 1º</b> Para que não haja vacância automática do cargo eletivo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas, registradas em ata e aceitas pelos demais membros do Conselho de Administração.</p> <p><b>§ 2º</b> Ficando vagos, por qualquer tempo, metade ou mais dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser <b>convocada</b>, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência, Assembleia Geral para o preenchimento dos cargos vagos.</p>	<p><b>→Adequação redação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>vagos.</p> <p><b>Art. 64</b> Os substitutos exercerão os cargos somente até o final do mandato dos antecessores.</p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO V DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 66</b> Compete ao Conselho de Administração, nos limites legais e deste Estatuto Social, atendidas as decisões da Assembleia Geral:</p> <p><b>I.</b> <i>fixar diretrizes de orientação geral e estratégica e os objetivos da cooperativa, examinando e aprovando os orçamentos, os planos periódicos de trabalho, acompanhando a execução;</i></p> <p><b>XVI.</b> eleger ou reconduzir os membros da Diretoria Executiva, na primeira reunião do Conselho de Administração eleito, para aprovação do Banco Central do Brasil;</p> <p><b>XVII.</b> destituir a qualquer tempo os membros da Diretoria Executiva;</p>	<p><b>§ 3º</b> Nos termos do parágrafo anterior, até que sejam preenchidos os cargos vagos, o quórum para instalação das reuniões será metade mais um dos membros em exercício.</p> <p><b>§ 4º</b> Os substitutos exercerão os cargos somente até o final do mandato dos substituídos.</p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO IV DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 48.</b> Compete ao Conselho de Administração, nos limites legais e deste Estatuto Social, atendidas às decisões da Assembleia Geral:</p> <p><b>I.</b> <i>fixar a orientação geral e estratégica e os objetivos da Cooperativa, acompanhando e avaliando mensalmente a sua execução, o desenvolvimento das operações e atividades em geral e o estado econômico-financeiro da Cooperativa;</i></p> <p><b>II.</b> eleger ou reconduzir os membros da Diretoria Executiva, na primeira reunião do Conselho de Administração eleito, para aprovação do Banco Central do Brasil;</p> <p><b>III.</b> destituir a qualquer tempo os membros da Diretoria Executiva;</p>	<p>→ Adequação redação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>XIX.</b> fixar os honorários e as gratificações, dos membros da Diretoria Executiva</p> <p><b>XVIII.</b> conferir aos membros da Diretoria Executiva atribuições específicas e de caráter eventual não previstas neste Estatuto Social;</p> <p><b>V.</b> aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;</p> <p><b>IX.</b> deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;</p> <p><b>XI.</b> deliberar sobre alocação e aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates);</p> <p><b>XII.</b> analisar e submeter à Assembleia Geral proposta dos executivos sobre a criação de fundos;</p> <p><b>XXX.</b> deliberar sobre a criação de comitês consultivos;</p> <p><b>XIV.</b> propor à Assembleia Geral a participação da Cooperativa no capital de instituições não cooperativas, inclusive bancos cooperativos observado o contido no art. 33;</p>	<p><b>IV.</b> fixar os honorários e as gratificações, dos membros da Diretoria Executiva;</p> <p><b>V.</b> fiscalizar a gestão dos diretores executivos, bem como conferir-lhes atribuições específicas e de caráter eventual não previstas neste Estatuto Social;</p> <p><b>VI.</b> aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;</p> <p><b>VII.</b> propor à Assembleia Geral quaisquer assuntos para deliberação;</p> <p><b>VIII.</b> deliberar sobre alocação e aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates);</p> <p><b>IX.</b> analisar e submeter à Assembleia Geral proposta sobre a criação de outros fundos;</p> <p><b>X.</b> deliberar sobre a criação de comitês consultivos;</p> <p><b>XI.</b> propor à Assembleia Geral a participação da Cooperativa no capital de instituições não cooperativas, inclusive bancos cooperativos;</p>	<p><b>→Adequação redação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>XXXI.</b> manifestar-se sobre o relatório da administração e a prestação de contas da Diretoria Executiva;</p> <p><b>VII.</b> deliberar sobre a admissão, a eliminação <b>ou a exclusão</b> de associados, podendo aplicar, por escrito, advertência prévia;</p> <p><b>VIII.</b> deliberar sobre a forma e o prazo de resgate das quotas-partes de associados, inclusive se parcial;</p> <p><b>XIII.</b> deliberar pela contratação de auditor externo;</p> <p><b>XXIII.</b> acompanhar as medidas adotadas para saneamento dos apontamentos da Auditoria Interna, da Auditoria Externa e da área de Controle Interno;</p> <p><b>XX.</b> examinar as denúncias de irregularidades praticadas no âmbito da <i>Cooperativa</i>, especialmente as que lhes forem encaminhadas pelo Conselho Fiscal e pela Auditoria, e determinar medidas visando às apurações e as providências cabíveis;</p> <p><b>XXI.</b> garantir que as operações de crédito e garantias concedidas aos membros de órgãos estatutários, bem como a pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros, possam observar procedimentos de aprovação e controle idênticos aos dispensados às demais operações de crédito;</p>	<p><b>XII.</b> manifestar-se sobre o relatório da administração e a prestação de contas da Diretoria Executiva;</p> <p><b>XIII.</b> deliberar sobre admissão e eliminação de associados, podendo aplicar, por escrito, advertência prévia;</p> <p><b>XIV.</b> deliberar sobre a forma e o prazo de resgate das quotas-partes de associados, inclusive se o resgate for parcial;</p> <p><b>XV.</b> escolher e destituir os auditores externos, na forma da regulamentação em vigor;</p> <p><b>XVI.</b> acompanhar e determinar providências para saneamento dos apontamentos das áreas de Auditoria e Controles Internos, bem como acompanhar e apurar irregularidades praticadas no âmbito da <i>Cooperativa</i>, especialmente as que lhes forem encaminhadas pelo Conselho Fiscal e pela Auditoria, e determinar medidas visando às apurações e às providências cabíveis;</p> <p><b>XVII.</b> garantir que as operações de crédito e garantias concedidas aos membros de órgãos estatutários, bem como a pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros, possam observar procedimentos de aprovação e controle idênticos</p>	

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>XXIV.</b> acompanhar e adotar medidas para a eficácia da cogestão, quando adotada, nos termos do convênio firmado entre a <i>Cooperativa</i> e a cooperativa central a qual estiver associada;</p> <p><b>XXIX.</b> deliberar sobre alienação de bens de não uso próprio recebidos na execução de garantias;</p> <p><b>XXXII.</b> deliberar sobre abertura e fechamento de Postos de Atendimento;</p> <p><b>XXII.</b> acompanhar e adotar providências necessárias para o cumprimento do Planejamento Estratégico;</p> <p><b>XXV.</b> convocar os membros da Diretoria Executiva para prestar esclarecimentos sobre assuntos de qualquer natureza;</p> <p><b>XXVI.</b> autorizar, previamente, a Diretoria Executiva a praticar quaisquer atos que ultrapassem os respectivos poderes de gestão;</p> <p><b>XXVII.</b> propor a revisão do valor estipulado para subscrição e integralização de quotas de capital, conforme art. 17;</p> <p><b>XXVIII.</b> examinar e deliberar sobre propostas da Diretoria Executiva relativas a plano de cargos e salários, estrutura organizacional da <i>Cooperativa</i> ou</p>	<p>aos dispensados às demais operações de crédito;</p> <p><b>XVIII.</b> acompanhar e adotar medidas para a eficácia da cogestão, quando adotada, nos termos do convênio firmado entre a <i>Cooperativa</i> e a Central Sicoob São Paulo a qual estiver filiada;</p> <p><b>XIX.</b> deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não de uso próprio;</p> <p><b>XX.</b> deliberar sobre abertura e fechamento de Postos de Atendimento (PAs) e Unidades Administrativas Desmembradas (UADs).</p> <p><b>XXI.</b> acompanhar e adotar providências necessárias para o cumprimento do Planejamento Estratégico;</p> <p><b>XXII.</b> convocar os membros da Diretoria Executiva para prestar esclarecimentos sobre assuntos de qualquer natureza;</p> <p><b>XXIII.</b> autorizar, previamente, a Diretoria Executiva a praticar quaisquer atos que ultrapassem os respectivos poderes de gestão;</p> <p><b>XXIV.</b> propor a revisão do valor estipulado para subscrição e integralização de quotas de capital, conforme art. 17;</p> <p><b>XXV.</b> examinar e deliberar sobre propostas da Diretoria Executiva relativas a plano de cargos e salários, estrutura organizacional da <i>Cooperativa</i> ou normativos</p>	



ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>normativos internos;</p> <p><b>II.</b> aprovar e supervisionar a execução dos projetos elaborados pelos executivos;</p> <p><b>III.</b> aprovar e divulgar, por meio de resolução, as políticas da <i>Cooperativa</i>;</p> <p><b>IV.</b> aderir e acompanhar o cumprimento das políticas, das diretrizes de atuação sistêmica e demais normativos publicados pelo Sicoob Confederação;</p> <p><b>X.</b> propor à Assembleia Geral Extraordinária alteração no estatuto social;</p> <p><b>XV.</b> estabelecer normas internas em casos omissos e se for o caso submetê-las à deliberação da Assembleia Geral</p> <p><b>VI.</b> avaliar mensalmente o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i> e o desenvolvimento das operações e atividades em geral, por meio de balancetes e de demonstrativos específicos;</p> <p><b>Art. 67 São atribuições do</b> Presidente do Conselho de Administração:</p> <p><b>I.</b> representar a <i>Cooperativa</i>, com direito a voto, nas reuniões e nas assembleias gerais da Central Sicoob São Paulo, do Banco Sicoob, do Sistema OCB e outras entidades de representação do cooperativismo;</p>	<p>internos;</p> <p><b>XXVI.</b> aprovar e supervisionar a execução dos projetos elaborados pelos executivos;</p> <p><b>XXVII.</b> aprovar e divulgar, por meio de resolução, as políticas da <i>Cooperativa</i>;</p> <p><b>XXVIII.</b> aderir e acompanhar o cumprimento das políticas, das diretrizes de atuação sistêmica e demais normativos publicados pelo Sicoob Confederação;</p> <p><b>XXIX.</b> propor à Assembleia Geral Extraordinária alteração no estatuto social;</p> <p><b>XXX.</b> estabelecer normas internas em casos omissos e se for o caso submetê-las à deliberação da Assembleia Geral</p> <p><b>XXXI.</b> avaliar mensalmente o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i> e o desenvolvimento das operações e atividades em geral, por meio de balancetes e de demonstrativos específicos;</p> <p><b>Art. 49. Compete ao</b> presidente do Conselho de Administração:</p> <p><b>I.</b> representar a <i>Cooperativa</i>, com direito a voto, nas reuniões e nas Assembleias Gerais da Central Sicoob São Paulo, do Banco Sicoob, do Sistema OCB e outras entidades de representação do cooperativismo;</p>	

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>II. convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração;</p> <p>IX. decidir, <i>ad referendum</i> do Conselho de Administração, sobre matéria urgente e inadiável, submetendo a decisão à deliberação do colegiado, na primeira reunião subsequente ao ato;</p> <p>XII. designar responsável para organizar, secretariar e administrar as reuniões do Conselho de Administração, <b>respeitado o regimento próprio</b>;</p> <p>XIII. aplicar as advertências estipuladas pelo Conselho de Administração;</p> <p>V. tomar votos e votar, com a finalidade do desempate, nas deliberações do Conselho de Administração, <b>respeitado o regimento próprio</b>;</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Na impossibilidade de representação pelo vice-presidente, o presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar a membro da Diretoria Executiva, a representação prevista no inciso I.</p> <p><b>Art. 68</b> É atribuição do vice-presidente do Conselho de Administração substituir o presidente e exercer as</p>	<p>II. convocar e presidir a <b>Assembleia Geral</b> e as reuniões do Conselho de Administração;</p> <p>III. decidir, <i>ad referendum</i> do Conselho de Administração, sobre matéria urgente e inadiável, submetendo a decisão à deliberação do colegiado, na primeira reunião subsequente ao ato;</p> <p>IV. designar responsável para organizar, secretariar e administrar as reuniões do Conselho de Administração;</p> <p>V. aplicar as advertências estipuladas pelo Conselho de Administração;</p> <p>VI. tomar votos e votar, com a finalidade do desempate, nas deliberações do Conselho de Administração.</p> <p>§ 1º Na impossibilidade de representação pelo vice-presidente, o presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar a membro da Diretoria Executiva, a representação prevista no inciso I.</p> <p>§ 2º É atribuição do vice-presidente do Conselho de Administração substituir o presidente e exercer as</p>	

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>competências e as atribuições do presidente, na forma prevista neste Estatuto Social, quando substituí-lo</p> <p><b>Art. 69</b> O presidente poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar competências ao vice-presidente.</p> <p><b>III.</b> permitir a participação, sem direito a voto, de membros da Diretoria Executiva nas reuniões do Conselho de Administração;</p> <p><b>IV.</b> facilitar e conduzir os debates dos temas nas reuniões do Conselho de Administração;</p> <p><b>VI.</b> proporcionar, por meio da transparência na condução das reuniões, ao Conselho de Administração, a obtenção de informações sobre todos os negócios feitos no âmbito da Diretoria Executiva;</p> <p><b>VII.</b> proporcionar, aos demais membros do Conselho de Administração, conhecimento prévio dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;</p> <p><b>VIII.</b> assegurar que todos os membros do Conselho de Administração tenham direito a se manifestar com independência, sobre qualquer matéria colocada em votação;</p> <p><b>X.</b> permitir, excepcionalmente, a inclusão de assuntos extra pauta, considerando a relevância e a urgência do assunto;</p> <p><b>XI.</b> salvaguardar e cumprir as demais atribuições apresentadas em normativo próprio;</p>	<p>respectivas competências.</p> <p><b>§ 3º</b> O presidente poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar competências ao vice-presidente.</p> <p><b>§ 4º</b> permitir a participação, sem direito a voto, de membros da Diretoria Executiva nas reuniões do Conselho de Administração;</p> <p><b>§ 5º</b> facilitar e conduzir os debates dos temas nas reuniões do Conselho de Administração;</p> <p><b>§ 6º</b> proporcionar, por meio da transparência na condução das reuniões, ao Conselho de Administração, a obtenção de informações sobre todos os negócios feitos no âmbito da Diretoria Executiva;</p> <p><b>§ 7º</b> proporcionar, aos demais membros do Conselho de Administração, conhecimento prévio dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;</p> <p><b>§ 8º</b> assegurar que todos os membros do Conselho de Administração tenham direito a se manifestar com independência, sobre qualquer matéria colocada em votação;</p> <p><b>§ 9º</b> permitir, excepcionalmente, a inclusão de assuntos extra pauta, considerando a relevância e a urgência do assunto;</p> <p><b>§ 10º</b> salvaguardar e cumprir as demais atribuições apresentadas em normativo próprio;</p>	<p><b>→adequação de redação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO V DA DIRETORIA EXECUTIVA SUBSEÇÃO I DA SUBORDINAÇÃO E DA COMPOSIÇÃO</b></p> <p><b>Art. 70</b> A Diretoria Executiva, órgão subordinado ao Conselho de Administração será composta, no mínimo, por 3 (três) e até o máximo de 5 (cinco) Diretores Executivos.</p> <p><b>§ 1º</b> O quadro da Diretoria Executiva será composto pelos seguintes cargos:</p> <p>a) Diretor Administrativo Financeiro;</p> <p>b) Diretor Operacional;</p> <p>c) Diretor de Negócios.</p> <p><b>§ 2º</b> Os membros da Diretoria Executiva não poderão ser oriundos do Conselho de Administração.</p> <p><b>§ 3º</b> O Conselho de Administração, por maioria, absoluta de votos dos seus membros e em reunião especificamente convocada para esse fim, poderá destituir e substituir qualquer um dos Diretores Executivos, a qualquer tempo.</p> <p><b>§ 4º</b> É vedado aos membros da Diretoria Executiva o acúmulo da função, ainda que temporário, com cargos de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal.</p> <p><b>§ 5º</b> A criação de mais 2 (dois) cargos restantes de</p>	<p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO V DA DIRETORIA EXECUTIVA SUBSEÇÃO I DA SUBORDINAÇÃO, DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO</b></p> <p><b>Art. 50.</b> A Diretoria Executiva, órgão subordinado ao Conselho de Administração será composta, no mínimo, por 3 (três) <b>Diretores Executivos e até</b> o máximo de 5 (cinco) Diretores Executivos.</p> <p><b>§ 1º</b> O quadro da Diretoria Executiva será composto pelos seguintes cargos:</p> <p>a) Diretor Administrativo Financeiro;</p> <p>b) Diretor Operacional;</p> <p>c) Diretor de Negócios.</p> <p><b>§ 2º</b> É vedado o exercício simultâneo de cargos no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva.</p> <p><b>§ 3º</b> O Conselho de Administração, por maioria, absoluta de votos dos seus membros e em reunião especificamente convocada para esse fim, poderá destituir e substituir qualquer um dos Diretores Executivos, a qualquer tempo.</p> <p><b>§ 4º</b> É vedado aos membros da Diretoria Executiva o acúmulo da função, ainda que temporário, com cargos de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal.</p> <p><b>§ 5º</b> A criação de mais 2 (dois) cargos restantes de</p>	<p><b>→Adequação de redação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>Diretores Executivos, deverá ser de acordo com a necessidade organizacional, e será deliberada por maioria absoluta do Conselho de Administração, inclusive quanto à nomenclatura dos novos cargos.</p> <p>§ 6º O Conselho de Administração dará posse à Diretoria Executiva em no máximo 20 (vinte) dias corridos após a aprovação do Banco Central do Brasil, mediante registro em ata de reunião especialmente convocada para este fim e registro naquela instituição.</p> <p>§ 7º As competências e responsabilidades de cada novo diretor executivo serão descritas de forma minuciosa e específica no respectivo regimento interno da Cooperativa.</p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO II DO MANDATO DA DIRETORIA EXECUTIVA</b></p> <p><b>Art. 71</b> O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 4 (quatro) anos, podendo haver, a critério do Conselho de Administração recondução.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> O mandato dos diretores executivos estender-se-á até a posse dos seus substitutos.</p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO III DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA</b></p>	<p>Diretores Executivos, deverá ser de acordo com a necessidade organizacional, e será deliberada por maioria absoluta do Conselho de Administração, inclusive quanto à nomenclatura dos novos cargos.</p> <p>§ 6º O Conselho de Administração dará posse à Diretoria Executiva em no máximo 20 (vinte) dias corridos após a aprovação do Banco Central do Brasil, mediante registro em ata de reunião especialmente convocada para este fim e registro naquela instituição.</p> <p>§ 7º As competências e responsabilidades de cada novo diretor executivo serão descritas de forma minuciosa e específica no respectivo regimento interno da Cooperativa.</p> <p><b>Art. 51.</b> O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 4 (quatro) anos podendo haver recondução, a critério do Conselho de Administração.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> O mandato dos diretores executivos estender-se-á até a posse dos seus substitutos.</p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO II DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA</b></p> <p><b>Art. 52.</b> Para ausências e impedimentos de cargos da Diretoria Executiva, a Cooperativa deve observar as seguintes disposições:</p>	<p>→Inclusão, exclusão e adequação de redação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>Art. 72</b> Nas ausências ou impedimentos temporários inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Diretor Administrativo/Financeiro <b>será substituído pelo Diretor Operacional</b>, que continuará respondendo pela sua área, <b>havendo nesse caso acumulação de cargos.</b></p> <p><b>Art. 73</b> Ocorrendo a vacância de qualquer cargo nomeado de diretor, o Conselho de Administração elegerá o substituto, no prazo de 90 (noventa) dias corridos contados da ocorrência.</p> <p><b>Art. 74</b> Em qualquer caso, o substituto exercerá o mandato até o final do mandato do antecessor.</p> <p><b>§ 1º</b> A diretora gestante, adotante ou que obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, poderá se afastar por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sendo, neste caso, substituída por outro diretor nos termos deste Estatuto Social, diretor este que continuará respondendo pela sua área, havendo nesse caso acumulação de cargos, cabendo-lhe dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.</p> <p><b>§ 2º</b> Naquilo que couber, aplicam-se aos diretores executivos as hipóteses de vacância automática previstas <b>no art. 65 deste Estatuto Social.</b></p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO IV DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA EXECUTIVA</b></p>	<p>I. nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Diretor Administrativo/Financeiro <b>será substituído, nesta ordem, pelo Diretor Operacional ou Diretor de Negócios</b>, que continuará respondendo pela sua área, <b>acumulando ambos os cargos;</b></p> <p>II. nas ausências ou impedimentos superiores a 180 (cento e oitenta) dias ou com período incerto ou em caso de vacância, o Conselho de Administração elegerá o substituto, no prazo de até 30 (trinta) dias da data da ocorrência.</p> <p><b>§ 1º</b> A diretora gestante, adotante ou que obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, poderá se afastar por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sendo, neste caso, substituída por outro diretor nos termos deste Estatuto Social, diretor este que continuará respondendo pela sua área, havendo nesse caso acumulação de cargos, cabendo-lhe dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.</p> <p><b>§ 2º</b> Naquilo que couber, aplicam-se aos diretores executivos as hipóteses de vacância automática previstas <b>no inciso III do art. 47 deste Estatuto Social.</b></p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO III DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA EXECUTIVA</b></p>	<p><b>→Exclusão e adequação de redação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</b></p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>Art. 75</b> Compete à Diretoria Executiva:</p> <p>I. adotar medidas para o cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;</p> <p><b>IV.</b> zelar e manter informado o Conselho de Administração sobre a gestão de riscos, implantando as medidas exigidas nos normativos aplicáveis;</p> <p><b>II.</b> elaborar orçamentos e planos periódicos de trabalho para deliberação pelo Conselho de Administração;</p> <p><b>V.</b> informar ao Conselho de Administração sobre o estado econômico-financeiro e sobre a ocorrência de fato relevante no âmbito da <i>Cooperativa</i>;</p> <p><b>XVII.</b> Assinar propostas de admissão de associados e fichas de matrículas, conforme art. 6º, § 2º deste Estatuto Social;</p> <p><b>VI.</b> deliberar sobre a contratação de empregados, os quais não poderão ser parentes entre si ou dos membros dos órgãos de administração e do Conselho Fiscal, até 2º grau, em linha reta ou colateral e fixar</p>	<p><b>Art. 53.</b> São competências da Diretoria Executiva e de seus respectivos diretores executivos, conforme os incisos a seguir:</p> <p>I. <b>Compete à Diretoria Executiva:</b></p> <p>a) adotar medidas para o cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, <b>bem como garantir a implementação de medidas que mitiguem os riscos inerentes à atividade da Cooperativa;</b></p> <p>b) supervisionar as atividades relacionadas a riscos, com o apoio do gerenciamento centralizado realizado pelo Sicoob Confederação;</p> <p>c) elaborar orçamentos para deliberação do Conselho de Administração, bem como mantê-lo informado por meio de relatórios mensais sobre o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i> e o desenvolvimento das operações e atividades em geral;</p> <p>d) aprovar a admissão de associados, quando delegado pelo Conselho de Administração;</p> <p>e) deliberar sobre a contratação de empregados os quais não poderão ser parentes entre si ou dos membros dos órgãos de administração e do Conselho Fiscal, até 2º grau, em linha reta ou</p>	

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>atribuições, alçadas e salários;</p> <p><b>VII. autorizar a contratação de prestadores de serviços de caráter eventual ou não;</b></p> <p><b>IX. avaliar a atuação dos empregados, adotando as medidas apropriadas;</b></p> <p><b>VIII. propor ao Conselho de Administração qualquer assunto relacionado ao plano de cargos e salários e à estrutura organizacional da <i>Cooperativa</i>;</b></p> <p><b>X. aprovar e divulgar, por meio de circular, os regulamentos internos e os manuais operacionais internos da <i>Cooperativa</i>;</b></p> <p><b>XV. adotar medidas para cumprimento das diretrizes fixadas no Planejamento Estratégico;</b></p> <p><b>XVI. adotar medidas para saneamento dos apontamentos da Central, da Auditoria Interna, da Auditoria Externa e da área de Controle Interno;</b></p> <p><b>III. prestar contas ao Conselho de Administração quanto às medidas adotadas visando o cumprimento das diretrizes fixadas e quanto à execução de projetos, inclusive prazos fixados;</b></p> <p><b>XI. zelar para que padrões de ética e de conduta profissional façam parte da cultura organizacional e que sejam observados por todos os empregados;</b></p> <p><b>XII. zelar pelo cumprimento da legislação e da regulamentação aplicáveis ao cooperativismo de crédito;</b></p> <p><b>XIII. elaborar proposta de criação de fundos e submeter</b></p>	<p>colateral e fixar atribuições, alçadas e salários, bem como contratar prestadores de serviços;</p> <p>f) avaliar a atuação dos empregados, adotando as medidas apropriadas, e propor ao Conselho de Administração qualquer assunto relacionado ao plano de cargos e salários e à estrutura organizacional da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>g) aprovar e divulgar normativos operacionais internos da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>h) adotar medidas para cumprimento das diretrizes fixadas no Planejamento Estratégico e para saneamento dos apontamentos da Central Sicoob São Paulo e das áreas de Auditoria e Controles Internos.</p> <p>i) prestar contas ao Conselho de Administração quanto às medidas adotadas visando o cumprimento das diretrizes fixadas e quanto à execução de projetos, inclusive prazos fixados;</p> <p>j) zelar para que padrões de ética e de conduta profissional façam parte da cultura organizacional e que sejam observados por todos os empregados;</p> <p>k) zelar pelo cumprimento da legislação e da regulamentação aplicáveis ao cooperativismo de</p>	<p>→ Adequação de redação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</p>



ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>ao Conselho de Administração;</p> <p><b>XIV.</b> estabelecer o horário de funcionamento da <i>Cooperativa</i>;</p> <p><b>Art. 76</b> São atribuições do Diretor Administrativo/Financeiro, o principal Diretor Executivo da <i>Cooperativa</i>:</p> <p><b>I.</b> representar a <i>Cooperativa</i> passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, salvo a representação prevista no inciso I, do art. 67, <b>que somente poderá ser exercida se houver delegação específica do presidente do Conselho de Administração</b>;</p> <p><b>II.</b> conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da <i>Cooperativa</i>;</p> <p><b>III.</b> coordenar, junto com os demais diretores, as atribuições da Diretoria Executiva, visando à eficiência e transparência no cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;</p> <p><b>V.</b> supervisionar as operações e as atividades e verificar, tempestivamente, o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i>;</p> <p><b>VII.</b> convocar e coordenar as reuniões da Diretoria</p>	<p>crédito;</p> <p>l) elaborar proposta de criação de fundos e submeter ao Conselho de Administração;</p> <p>m) estabelecer o horário de funcionamento da <i>Cooperativa</i>;</p> <p><b>II.</b> Compete ao Diretor Administrativo Financeiro, o principal diretor executivo da <i>Cooperativa</i>:</p> <p>a) representar a <i>Cooperativa</i> passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, salvo a representação prevista no art. 49, I, <b>deste Estatuto Social</b>;</p> <p>b) conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>c) coordenar, junto com os demais diretores, as atribuições da Diretoria Executiva, visando à eficiência e transparência no cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;</p> <p>d) supervisionar as operações e as atividades e verificar, tempestivamente, o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>e) convocar e coordenar as reuniões da Diretoria</p>	<p>→ Adequação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>Executiva;</p> <p><b>VIII.</b> outorgar mandato a empregado da <i>Cooperativa</i>, juntamente com outro diretor, estabelecendo poderes, extensão e validade do mandato;</p> <p><b>XII.</b> auxiliar o presidente do Conselho de Administração nos trabalhos relativos a Assembleia Geral;</p> <p><b>IV.</b> representar a Diretoria Executiva nas apresentações e na prestação de contas para o Conselho de Administração;</p> <p><b>VI.</b> informar, tempestivamente, o Conselho de Administração, a propósito de constatações que requeiram medidas urgentes;</p> <p><b>X.</b> outorgar, juntamente com outro diretor, mandato <i>ad judícia</i> a advogado empregado ou contratado;</p> <p><b>XI.</b> resolver os casos omissos, em conjunto com o Diretor Operacional;</p>	<p>Executiva;</p> <p>f) outorgar mandatos a empregado da <i>Cooperativa</i> ou a advogado empregado ou contratado, juntamente com outro diretor, estabelecendo poderes, extensão e validade do mandato, <b>quando for o caso</b>;</p> <p>g) auxiliar o presidente do Conselho de Administração nos trabalhos relativos à Assembleia Geral;</p> <p>h) representar a Diretoria Executiva nas apresentações e na prestação de contas para o Conselho de Administração;</p> <p>i) informar, tempestivamente, o Conselho de Administração, a propósito de constatações que requeiram medidas urgentes;</p> <p>j) decidir, em conjunto com o Diretor Operacional e/ou o Diretor de Negócios sobre a admissão e a demissão de empregado;</p> <p>k) resolver os casos omissos, em conjunto com o</p>	<p>→ Adequação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>IX.</b> executar outras atividades não previstas neste Estatuto Social, determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral;</p> <p><b>XV.</b> dirigir as atividades administrativas no que tange às políticas de recursos humanos, tecnológicos e materiais e às atividades fins da <i>Cooperativa</i> (operações ativas, passivas, acessórias e especiais, cadastro, recuperação de crédito, etc.);</p> <p><b>XVI.</b> executar as políticas e diretrizes de recursos humanos, tecnológicos e materiais;</p> <p><b>XVII.</b> orientar e acompanhar a execução da contabilidade da <i>Cooperativa</i>, de forma a permitir visão permanente da situação econômica, financeira e patrimonial;</p> <p><b>XVIII.</b> zelar pela eficiência, eficácia e efetividade dos sistemas informatizados e de telecomunicações;</p> <p><b>XIX.</b> coordenar o desenvolvimento das atividades sociais e sugerir à Diretoria Executiva medidas que julgar convenientes;</p> <p><b>XX.</b> orientar, acompanhar e avaliar a atuação dos empregados de sua área;</p>	<p>Diretor Operacional e/ou o Diretor de Negócios;</p> <p>l) executar outras atividades não previstas neste Estatuto Social, determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral;</p> <p>m) dirigir as atividades administrativas no que tange às políticas de recursos humanos, tecnológicos e materiais e às atividades fins da <i>Cooperativa</i> (operações ativas, passivas, acessórias e especiais, cadastro, recuperação de crédito etc.);</p> <p>n) executar as políticas e diretrizes de recursos humanos, tecnológicos e materiais;</p> <p>o) orientar e acompanhar a execução da contabilidade da <i>Cooperativa</i>, de forma a permitir visão permanente da situação econômica, financeira e patrimonial;</p> <p>p) zelar pela eficiência, eficácia e efetividade dos sistemas informatizados e de telecomunicações;</p> <p>q) coordenar o desenvolvimento das atividades sociais e sugerir à Diretoria Executiva medidas que julgar convenientes;</p> <p>r) orientar, acompanhar e avaliar a atuação dos</p>	<p>→ Adequação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>XXII.</b> zelar pela segurança dos recursos financeiros e outros valores mobiliários;</p> <p><b>XXI.</b> executar as atividades relacionadas com as funções financeiras (fluxo de caixa, captação e aplicação de recursos, demonstrações financeiras, análises de rentabilidade, de custo, de risco, etc);</p> <p><b>XXIV.</b> gerir os assuntos relacionados à Política de Prevenção à Lavagem de dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), fazendo cumprir às determinações regulamentares;</p> <p><b>XIII.</b> dirigir os assuntos relacionados às atividades de Controles Internos e Riscos, de forma a assegurar conformidade com as políticas internas e exigências regulamentares;</p> <p><b>XXIII.</b> Acumular as atribuições do cargo de Diretor de Negócios, no caso de vacância deste cargo na cooperativa;</p> <p><b>XXV.</b> Deferir juntamente com o Diretor Operacional, dentro dos limites que forem fixados pelo Conselho de Administração para sua alçada, as operações de crédito rural e de crédito geral da cooperativa;</p>	<p>empregados de sua área;</p> <p>s) zelar pela segurança dos recursos financeiros e outros valores mobiliários;</p> <p>t) executar as atividades relacionadas com as funções financeiras (fluxo de caixa, captação e aplicação de recursos, demonstrações financeiras, análises de rentabilidade, de custo, de risco, etc);</p> <p>u) gerir os assuntos relacionados à Política de Prevenção à Lavagem de dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), fazendo cumprir às determinações regulamentares;</p> <p>v) dirigir os assuntos relacionados às atividades de Controles Internos e Riscos, de forma a assegurar conformidade com as políticas internas e exigências regulamentares;</p> <p>w) substituir o Diretor Operacional e o Diretor de Negócios;</p> <p>x) Deferir juntamente com o Diretor Operacional, dentro dos limites que forem fixados pelo Conselho de Administração para sua alçada, as operações de crédito rural e de crédito geral da cooperativa;</p>	<p>→ Exclusão para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>XIV.</b> Assinar em conjunto com outro diretor ou com procurador regularmente constituído, balanços e balancetes, contratos de abertura de crédito, contratos de abertura de conta corrente, aditivos, menções adicionais, cédulas rurais, letras de câmbio, bem como outros documentos derivados das atividades normal de gestão;</p> <p><b>Art. 77</b> Compete ao Diretor Operacional:</p> <p>I. substituir o Diretor Administrativo/Financeiro;</p> <p>II. executar as atividades operacionais no que tange à concessão de empréstimos, à oferta de serviços e a movimentação de capital;</p> <p>III. zelar pela segurança dos recursos financeiros e outros valores mobiliários;</p> <p>IV. acompanhar as operações em curso anormal, adotando as medidas e os controles necessários para regularização;</p> <p>V. elaborar as análises mensais sobre a evolução das operações, a serem apresentadas ao Conselho de Administração;</p> <p><b>VI.</b> assessorar o Diretor Administrativo/Financeiro em</p>	<p>y) Assinar em conjunto com outro diretor ou com procurador regularmente constituído, balanços e balancetes, contratos de abertura de crédito, contratos de abertura de conta corrente, aditivos, menções adicionais, cédulas rurais, letras de câmbio, bem como outros documentos derivados das atividades normal de gestão;</p> <p>III. Compete ao Diretor Operacional:</p> <p>a) Assessorar o Diretor Administrativo/Financeiro nos assuntos a ele competentes;</p> <p>b) substituir o Diretor Administrativo/Financeiro e o Diretor de Negócios;</p> <p>c) executar as atividades operacionais no que tange à concessão de empréstimos, à oferta de serviços e a movimentação de capital;</p> <p>d) zelar pela segurança dos recursos financeiros e outros valores mobiliários;</p> <p>e) acompanhar as operações em curso anormal, adotando as medidas e os controles necessários para regularização;</p> <p>f) elaborar as análises mensais sobre a evolução das operações, a serem apresentadas ao Conselho de Administração;</p>	<p>→ Adequação de redação e exclusão para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>assuntos da sua área;</b></p> <p><b>VII.</b> orientar, acompanhar e avaliar a atuação dos empregados de sua área;</p> <p><b>VIII.</b> resolver os casos omissos, em conjunto com o Diretor Administrativo/Financeiro;</p> <p><b>X.</b> conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da <i>Cooperativa</i>;</p> <p><b>XI.</b> averbar no Livro ou Ficha de Matrícula a subscrição, realização ou resgate de quota-parte, bem como as transferências realizadas entre associados;</p> <p><b>XII.</b> Coordenar todos os setores de crédito ativo e passivo da cooperativa;</p> <p><b>XIII.</b> Deferir, dentro dos limites que forem fixados pelo Conselho de Administração para sua alçada, as operações de crédito rural e de crédito geral da cooperativa;</p> <p><b>XIV.</b> Responsabilizar-se pelo treinamento dos operadores de crédito rural;</p> <p><b>XV.</b> Fazer cumprir todas as instruções emanadas das autoridades monetárias, bem como os preceitos legais e normativos atinentes à prática do crédito especializado e sua política, inclusive a fiscalização dos imóveis beneficiados pelo crédito rural e o controle de sua aplicação;</p> <p><b>Art. 78</b> Compete ao Diretor de Negócios:</p>	<p>g) orientar, acompanhar e avaliar a atuação dos empregados de sua área;</p> <p>h) resolver os casos omissos, em conjunto com o Diretor Administrativo/Financeiro;</p> <p>i) conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>j) averbar no Livro ou Ficha de Matrícula a subscrição, realização ou resgate de quota-parte, bem como as transferências realizadas entre associados;</p> <p>k) Coordenar todos os setores de crédito ativo e passivo da cooperativa;</p> <p>l) Deferir, dentro dos limites que forem fixados pelo Conselho de Administração para sua alçada, as operações de crédito rural e de crédito geral da cooperativa;</p> <p>m) Responsabilizar-se pelo treinamento dos operadores de crédito rural;</p> <p>n) Fazer cumprir todas as instruções emanadas das autoridades monetárias, bem como os preceitos legais e normativos atinentes à prática do crédito especializado e sua política, inclusive a fiscalização dos imóveis beneficiados pelo crédito rural e o controle de sua aplicação;</p> <p><b>IV.</b> Compete ao Diretor de Negócios:</p>	<p>→ Adequação de redação e exclusão para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>I.</b> assessorar o Diretor Operacional em assuntos da sua área;</p> <p><b>II.</b> Substituir o Diretor Administrativo/Financeiro e o Diretor Operacional;</p> <p><b>III.</b> Responder pela estratégia comercial da cooperativa, coordenando as atividades comerciais da Sede e Postos de Atendimento (PAs);</p> <p><b>IV.</b> Desenvolver atividades que visem o crescimento sustentável dos negócios da Cooperativa;</p> <p><b>V.</b> Definir metas de produção para os Postos de Atendimento;</p> <p><b>VI.</b> Definir Plano de Investimentos para criação de novos produtos e serviços da cooperativa;</p> <p><b>VII.</b> Fomentar pesquisa e desenvolvimento de tendências macroeconômicas que possam afetar a atuação da cooperativa;</p> <p><b>VIII.</b> Prospectar tendências tecnológicas, de produtos e serviços relacionados com a cooperativa;</p> <p><b>IX.</b> Avaliar resultados, negócios e processos da sua área de atuação;</p> <p><b>X.</b> Especificar recursos humanos, materiais e financeiros necessários para o bom desempenho da sua área;</p> <p><b>XI.</b> Instituir metodologia de trabalho para aproveitar</p>	<p>a) assessorar o Diretor Administrativo/Financeiro nos assuntos a ele competentes;</p> <p>b) Substituir o Diretor Administrativo/Financeiro e o Diretor Operacional;</p> <p>c) Responder pela estratégia comercial da cooperativa, coordenando as atividades comerciais da Sede e Postos de Atendimento (PAs);</p> <p>d) Desenvolver atividades que visem o crescimento sustentável dos negócios da Cooperativa;</p> <p>e) Definir metas de produção para os Postos de Atendimento;</p> <p>f) Definir Plano de Investimentos para criação de novos produtos e serviços da cooperativa;</p> <p>g) Fomentar pesquisa e desenvolvimento de tendências macroeconômicas que possam afetar a atuação da cooperativa;</p> <p>h) Prospectar tendências tecnológicas, de produtos e serviços relacionados com a cooperativa;</p> <p>i) Avaliar resultados, negócios e processos da sua área de atuação;</p> <p>j) Especificar recursos humanos, materiais e financeiros necessários para o bom desempenho da sua área;</p> <p>k) Instituir metodologia de trabalho para aproveitar</p>	<p>→ Adequação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>novas oportunidades de negócio;</p> <p><b>XII.</b> Desenvolver atividades de Marketing visando o desenvolvimento de negócios da cooperativa;</p> <p><b>XIII.</b> Analisar e revisar plano de marketing em conformidade com os objetivos da cooperativa;</p> <p><b>XIV.</b> Acompanhar indicadores de desempenho dos Postos de Atendimento;</p> <p><b>XV.</b> Monitorar índices de rentabilidade dos produtos financeiros da cooperativa;</p> <p><b>XVI.</b> Monitorar índices de satisfação dos cooperados;</p> <p><b>XVII.</b> Diagnosticar necessidades de treinamento e desenvolvimento de pessoal;</p> <p><b>XVIII.</b> Disseminar informações comerciais de vendas e campanhas ao público de interesse da cooperativa;</p> <p><b>XIX.</b> Orientar, acompanhar e avaliar a atuação dos empregados de sua área;</p> <p><b>XX.</b> Resolver casos omissos, em conjunto com outro Diretor Executivo;</p> <p><b>XXI.</b> Assessorar os demais diretores nos assuntos da sua área;</p> <p><b>XXII.</b> Conduzir relacionamento com terceiros no interesse da Cooperativa;</p> <p><b>XXIII.</b> Executar outras atividades não previstas neste</p>	<p>novas oportunidades de negócio;</p> <p>l) Desenvolver atividades de Marketing visando o desenvolvimento de negócios da cooperativa;</p> <p>m) Analisar e revisar plano de marketing em conformidade com os objetivos da cooperativa;</p> <p>n) Acompanhar indicadores de desempenho dos Postos de Atendimento;</p> <p>o) Monitorar índices de rentabilidade dos produtos financeiros da cooperativa;</p> <p>p) Monitorar índices de satisfação dos cooperados;</p> <p>q) Diagnosticar necessidades de treinamento e desenvolvimento de pessoal;</p> <p>r) Disseminar informações comerciais de vendas e campanhas ao público de interesse da cooperativa;</p> <p>s) Orientar, acompanhar e avaliar a atuação dos empregados de sua área;</p> <p>t) Resolver casos omissos, em conjunto com outro Diretor Executivo;</p> <p>u) Conduzir relacionamento com terceiros no interesse da Cooperativa;</p> <p>v) Executar outras atividades não previstas neste</p>	<p>→ Adequação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</p>



ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>Estatuto Social, determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral.</p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO V DA OUTORGA DE MANDATO DA DIRETORIA EXECUTIVA</b></p> <p><b>Art. 79</b> O mandato outorgado pelos diretores a empregado da <i>Cooperativa</i>:</p> <p>I. não poderá ter prazo de validade superior ao de gestão dos outorgantes, salvo o mandato <i>ad judícia</i>;</p> <p>II. deverá especificar e limitar os poderes outorgados;</p> <p>III. deverá constar que o empregado da <i>Cooperativa</i> sempre assine em conjunto com um diretor.</p>	<p>Estatuto Social, determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> As atribuições designadas a cada diretor executivo deverão evitar possível conflito de interesses, bem como observar as normas vigentes sobre segregação obrigatória de funções por área de atuação.</p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO IV DA OUTORGA DE MANDATO</b></p> <p><b>Art. 54.</b> O mandato outorgado pelos diretores a empregado da <i>Cooperativa</i>:</p> <p>I. não poderá ter prazo de validade superior ao de gestão dos outorgantes, salvo o mandato <i>ad judícia</i>;</p> <p>II. deverá especificar e limitar os poderes outorgados;</p> <p>III. deverá constar que o empregado da <i>Cooperativa</i> sempre assine em conjunto com um diretor.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> O Conselho de Administração poderá autorizar a outorga excepcional, pelos diretores executivos, de mandato a empregado ou diretor executivo da Central Sicoob São Paulo.</p>	<p>→ Exclusão para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>Art. 80</b> Quaisquer documentos constitutivos de obrigação da <i>Cooperativa</i> deverão ser assinados por 2 (dois) diretores executivos, ressalvada a hipótese de outorga de mandato.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Em caso de vacância que impossibilite a assinatura por 2 (dois) diretores, os atos descritos no <i>caput</i> deste artigo poderão ser praticados por apenas 1 (um) diretor até a posse do diretor substituto, cabendo ao diretor remanescente dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO VI</b> <b>DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO</b></p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO I</b> <b>DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO DO CONSELHO FISCAL</b></p> <p><b>Art. 81</b> A administração da <b>sociedade</b> será fiscalizada, <b>assídua e minuciosamente</b>, por Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, todos associados, eleitos a cada 3 (três) anos pela Assembleia Geral, <b>na forma prevista em regimento próprio</b>.</p> <p><b>§ 1º</b> A cada eleição deve haver a renovação de, pelo menos, 1 (um) membro efetivo e 1 (um) membro suplente.</p>	<p><b>Art. 55.</b> Quaisquer documentos constitutivos de obrigação da <i>Cooperativa</i> deverão ser assinados por 2 (dois) diretores executivos, ressalvada a hipótese de outorga de mandato.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Em caso de vacância que impossibilite a assinatura por 2 (dois) diretores, os atos descritos no <i>caput</i> deste artigo poderão ser praticados por apenas 1 (um) diretor até a posse do diretor substituto, cabendo ao diretor remanescente dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO IV</b> <b>DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO</b></p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO I</b> <b>DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO DO CONSELHO FISCAL</b></p> <p><b>Art. 56.</b> A administração da <i>Cooperativa</i> será fiscalizada por Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, todos associados, eleitos a cada 3 (três) anos pela Assembleia Geral.</p> <p><b>§ 1º</b> A cada eleição deve haver a renovação de, pelo menos, 1 (um) membro efetivo e 1 (um) membro</p>	<p>→Adequação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>§ 2º O mandato dos conselheiros fiscais estender-se-á até a posse dos seus substitutos.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO II DA INVESTIDURA E DO EXERCÍCIO DE CARGO DO CONSELHO FISCAL</b></p> <p><b>Art. 82</b> Os membros do Conselho Fiscal, depois de aprovada a eleição pelo Banco Central do Brasil, serão investidos em seus cargos mediante termo de posse lavrado no Livro de Atas do Conselho Fiscal ou em folhas soltas e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Os eleitos serão empossados em até, no máximo, 20 (vinte) dias, contados da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil.</p> <p><b>Art. 83</b> Para exercício de cargo do Conselho Fiscal aplicam-se as condições de elegibilidade dispostas no artigo 54 e não será eleito:</p> <p>I. aqueles que forem inelegíveis;</p> <p>II. empregado de membros dos órgãos de administração e seus parentes até o 2º grau, em linha reta ou colateral, bem como parentes entre si até esse grau, em linha reta ou colateral.</p> <p>III. membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva da <i>Cooperativa</i>.</p>	<p>suplente.</p> <p>§ 2º O mandato dos conselheiros fiscais estender-se-á até a posse dos seus substitutos.</p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO II DA INVESTIDURA E DO EXERCÍCIO DE CARGO DO CONSELHO FISCAL</b></p> <p><b>Art. 57</b> Os membros do Conselho Fiscal, depois de aprovada a eleição pelo Banco Central do Brasil, serão investidos em seus cargos mediante termo de posse lavrado no Livro de Atas do Conselho Fiscal ou em folhas soltas e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Os eleitos serão empossados em até, no máximo, 20 (vinte) dias, contados da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil.</p> <p><b>Art. 58</b> Para exercício de cargo do Conselho Fiscal aplicam-se as condições de elegibilidade dispostas no artigo 40 e não será eleito:</p> <p>I. aqueles que forem inelegíveis;</p> <p>II. empregado de membros dos órgãos de administração e seus parentes até o 2º grau, em linha reta ou colateral, bem como parentes entre si até esse grau, em linha reta ou colateral.</p> <p>III. membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva da <i>Cooperativa</i>.</p>	<p>→ Adequação redação para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO III DA VACÂNCIA DO CARGO DE CONSELHEIRO FISCAL</b></p> <p><b>Art. 84</b> Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo eletivo:</p> <p>I. morte ou invalidez permanente;</p> <p>II. renúncia;</p> <p>III. destituição;</p> <p>IV. não comparecimento, sem a devida justificativa a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o exercício social;</p> <p>V. patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria <i>Cooperativa</i>, salvo aquelas que visem ao exercício do próprio mandato;</p> <p>VI. desligamento do quadro de associados da <i>Cooperativa</i>;</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Para que não haja vacância automática do cargo eletivo no caso de não comparecimento às reuniões, as justificativas para as ausências serão formalizadas e aceitas pelos demais membros do Conselho Fiscal.</p> <p><b>Art. 85</b> No caso de vacância de cargo efetivo do Conselho Fiscal será efetivado membro suplente,</p>	<p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO III DA VACÂNCIA DO CARGO DE CONSELHEIRO FISCAL</b></p> <p><b>Art. 59.</b> Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro fiscal as mesmas hipóteses elencadas no inciso III do art. 47 deste Estatuto Social.</p> <p><b>§ 1º</b> Para que não haja vacância automática do cargo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas, registradas em ata e aceitas pelos demais membros do Conselho Fiscal.</p> <p><b>§ 2º</b> No caso de vacância, será efetivado membro suplente, <b>obedecido o critério de maior tempo de</b></p>	<p>→ Adequação redação e exclusão, para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>obedecida a ordem de matrícula.</b></p> <p><b>Art. 86</b> Ocorrendo 4 (quatro) ou mais vagas no Conselho Fiscal, o presidente do Conselho de Administração convocará Assembleia Geral para o preenchimento das vagas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de constatação do fato.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO IV DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL</b></p> <p><b>Art. 87</b> O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e extraordinariamente, sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes, observando-se em ambos os casos as seguintes normas:</p> <p>I. as reuniões se realizarão sempre com a presença dos 3 (três) membros <b>efetivos ou dos suplentes previamente convocados;</b></p> <p>II. as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes;</p> <p>III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes constarão de ata <b>lavrada no Livro de Atas do Conselho Fiscal ou em folhas soltas, assinadas pelos presentes.</b></p> <p><b>§ 2º</b> Na primeira reunião, os membros efetivos do</p>	<p><b>associação do suplente.</b></p> <p><b>§ 3º</b> Ocorrendo 4 (quatro) ou mais vagas no Conselho Fiscal, o presidente do Conselho de Administração convocará Assembleia Geral para o preenchimento das vagas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de constatação do fato.</p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO III DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL</b></p> <p><b>Art. 60.</b> O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes, observando-se em ambos os casos as seguintes normas:</p> <p>I. as reuniões se realizarão sempre com a presença de 3 (três) membros;</p> <p>II. as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes;</p> <p>III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes constarão de ata.</p> <p><b>§ 1º</b> Na primeira reunião, os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si 1 (um) coordenador</p>	<p>→Adequação redação e exclusão, para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>Conselho Fiscal escolherão entre si um coordenador para convocar e dirigir os trabalhos das reuniões e um secretário para lavrar as atas.</p> <p>§ 1º As reuniões poderão ser convocadas por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral.</p> <p>§ 4º Os membros suplentes quando convocados, poderão participar das reuniões e das discussões dos membros efetivos, sem direito a voto, podendo receber cédula de presença.</p> <p>§ 3º Na ausência do coordenador, os trabalhos serão dirigidos por substituto escolhido na ocasião.</p> <p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO V DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL</b></p> <p><b>Art. 88</b> Compete ao Conselho Fiscal:</p> <p><b>XVII.</b> opinar sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à incorporação, à fusão ou ao desmembramento da Cooperativa;</p>	<p>para convocar e dirigir os trabalhos das reuniões e 1 (um) secretário para lavrar as atas.</p> <p>§ 2º As reuniões poderão ser convocadas por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral.</p> <p>§ 3º Os membros suplentes poderão participar das reuniões e das discussões dos membros efetivos, sem direito a voto, exceto se comparecerem, por convocação, para substituírem membros efetivos.</p> <p style="text-align: center;"><b>SUBSEÇÃO IV DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL</b></p> <p><b>Art. 61.</b> Compete ao Conselho Fiscal:</p> <p>I. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;</p> <p>II. opinar sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à incorporação, à fusão ou ao desmembramento da <i>Cooperativa</i>;</p>	<p>→ Adequação redação e exclusão, para ajuste ao modelo do estatuto social padrão do Sicoob.</p>

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>VIII.</b> analisar balancetes mensais e balanços gerais, demonstrativos de sobras e perdas, assim como o relatório de gestão e outros, emitindo parecer sobre esses documentos para a Assembleia Geral;</p> <p><b>XVIII.</b> convocar os auditores internos e externos, sempre que preciso, para prestar informações necessárias ao desempenho de suas funções.</p> <p><b>XV.</b> convocar Assembleia Geral Extraordinária nas circunstâncias previstas neste Estatuto Social;</p> <p><b>XVI.</b> comunicar, por meio de qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, à Assembleia Geral e ao Banco Central do Brasil, os erros materiais, fraudes ou crimes de que tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer-lhes informação ou documento;</p> <p><b>XI.</b> aprovar o próprio regimento interno;</p> <p><b>Parágrafo único.</b> No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá valer-se de informações constantes no relatório da Auditoria Interna, da Auditoria Externa, do Controle Interno e Riscos, de outros departamentos da Cooperativa, dos diretores ou dos</p>	<p><b>III.</b> analisar as demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela <i>Cooperativa</i>;</p> <p><b>IV.</b> opinar sobre a regularidade das contas da administração e as demonstrações contábeis do exercício social, elaborando o respectivo parecer, que conterà, se for o caso, os votos dissidentes;</p> <p><b>V.</b> convocar os auditores internos e externos, sempre que preciso, para prestar informações necessárias ao desempenho de suas funções;</p> <p><b>VI.</b> convocar Assembleia Geral Extraordinária nas circunstâncias previstas neste Estatuto Social;</p> <p><b>VII.</b> comunicar, por meio de qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, à Assembleia Geral e ao Banco Central do Brasil, os erros materiais, fraudes ou crimes de que tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer-lhes informação ou documento;</p> <p><b>VIII.</b> aprovar o próprio regimento interno.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá valer-se de informações constantes no relatório da Auditoria Interna, da Auditoria Externa, do Controles Internos, dos diretores ou dos empregados da <i>Cooperativa</i>, ou da assistência de técnicos externos, a expensas da <i>Cooperativa</i>, quando a</p>	

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>empregados da <i>Cooperativa</i>, ou da assistência de técnicos externos, às expensas <b>da sociedade</b>, quando a importância ou a complexidade dos assuntos o exigirem.</p> <p><b>I.</b> examinar a situação dos negócios sociais, das receitas e das despesas, dos pagamentos e dos recebimentos, das operações em geral e de outras questões econômicas, verificando a adequada e regular escrituração;</p> <p><b>II.</b> verificar, mediante exame dos livros, atas e outros registros, se as decisões adotadas estão sendo corretamente implementadas;</p> <p><b>III.</b> observar se o Conselho de Administração se reúne regularmente e se existem cargos vagos na composição daquele colegiado, que necessitem preenchimento;</p> <p><b>IV.</b> inteirar-se do cumprimento das obrigações da <i>Cooperativa</i> em relação às autoridades monetárias, fiscais, trabalhistas ou administrativas e aos associados e verificar se existem pendências;</p> <p><b>V.</b> examinar os controles existentes relativos a valores e documentos sob custódia da <i>Cooperativa</i>;</p> <p><b>VI.</b> avaliar a execução da política de risco de crédito e a regularidade do recebimento de créditos;</p> <p><b>VII.</b> averiguar a atenção dispensada pelos diretores executivos às reclamações dos associados;</p> <p><b>IX.</b> inteirar-se dos relatórios de auditoria e verificar se as observações neles contidas foram consideradas pelos órgãos de administração e pelos gerentes;</p>	<p>importância ou a complexidade dos assuntos o exigirem.</p>	



ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><b>X.</b> exigir, dos órgãos de administração ou de quaisquer de seus membros, relatórios específicos, declarações por escrito ou prestação de esclarecimentos, quando necessário;</p> <p><b>XII.</b> apresentar ao Conselho de Administração com periodicidade mínima trimestral, relatório contendo conclusões e recomendações decorrentes da atividade fiscalizadora;</p> <p><b>XIII.</b> pronunciar-se sobre a regularidade dos atos praticados pelos órgãos de administração e informar sobre eventuais pendências à Assembleia Geral Ordinária;</p> <p><b>XIV.</b> instaurar inquéritos e comissões de averiguação; e</p> <p style="text-align: center;"><b>TÍTULO VII</b>  <b>DA RESPONSABILIDADE DOS OCUPANTES DE</b>  <b>CARGOS DOS ÓRGÃOS DE</b>  <b>ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E DO</b>  <b>PROCESSO ELEITORAL</b>  <b>CAPÍTULO I</b>  <b>DA RESPONSABILIDADE</b></p> <p><b>Art. 89</b> Os componentes dos órgãos de administração e do Conselho Fiscal, bem como o liquidante, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.</p> <p><b>Art. 90</b> Os membros efetivos do Conselho Fiscal são solidariamente responsáveis pelos atos e fatos irregulares praticados pelos administradores da</p>		

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p><i>Cooperativa</i>, desde que, no exercício da fiscalização, revelem-se omissos, displicentes e com ausência de acuidade de pronta advertência ao Conselho de Administração e, na inércia destes, de oportuna e conveniente denúncia à Assembleia Geral.</p> <p><b>Art. 91</b> Sem prejuízo da ação que couber ao associado, a cooperativa, por seus diretores, ou representada pelo associado escolhido em Assembleia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover sua responsabilidade.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO II DO PROCESSO ELEITORAL</b></p> <p><b>Art. 92</b> O processo eleitoral para o preenchimento dos cargos eletivos na Cooperativa está disciplinado em regulamento próprio aprovado em Assembleia Geral.</p> <p style="text-align: center;"><b>TÍTULO IX DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 99</b> A <i>Cooperativa</i> dissolver-se-á voluntariamente, quando assim deliberar a Assembleia Geral, se pelo menos 20 (vinte) associados não se dispuserem a assegurar a continuidade da <i>Cooperativa</i>.</p> <p><b>§ 1º</b> Além da deliberação espontânea da Assembleia Geral, de acordo com os termos deste artigo, acarretará a dissolução da <i>Cooperativa</i>:</p>	<p style="text-align: center;"><b>TÍTULO VI DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO</b></p> <p><b>Art. 62.</b> Além de outras hipóteses previstas em lei, a <i>Cooperativa</i> dissolve-se de pleno direito:</p> <p>I. quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que 20 (vinte) associados, no mínimo, não se disponham a assegurar a sua continuidade;</p>	

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>I. a alteração de sua forma jurídica;</p> <p>II. a redução do número mínimo de associados ou do capital social mínimo se, até a Assembleia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 6 (seis) meses, não forem restabelecidas as condições mínimas de número de associados e de capital social;</p> <p>III. o cancelamento da autorização para funcionar;</p> <p>IV. a paralisação das atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias <b>corridos</b>.</p> <p><b>Art. 103</b> A liquidação <b>da sociedade obedecerá</b> às normas legais e regulamentares próprias.</p> <p><b>§ 2º</b> Nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, a dissolução da <i>Cooperativa</i> poderá ser promovida judicialmente, a pedido de qualquer associado ou do Banco Central do Brasil, caso a Assembleia Geral não a realize por iniciativa própria.</p> <p><b>Art. 100</b> Quando a dissolução for deliberada pela Assembleia Geral, será nomeado um liquidante e um Conselho Fiscal, composto de 3 (três) membros, para procederem a liquidação da <i>Cooperativa</i>.</p> <p><b>§ 1º</b> A Assembleia Geral, nos limites das atribuições que lhe cabe, poderá, a qualquer tempo, destituir o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, designando os respectivos substitutos.</p>	<p>II. pela alteração de sua forma jurídica;</p> <p>III. pela redução do número de associados, para menos de 20 (vinte), ou de seu capital social mínimo se, até a Assembleia Geral subsequente, realizável em prazo não inferior a 6 (seis) meses, não forem restabelecidos;</p> <p>IV. pelo cancelamento da autorização para funcionar;</p> <p>V. pela paralisação de suas atividades <b>normais</b> por mais de 120 (cento e vinte) dias.</p> <p><b>Art. 63.</b> A liquidação <b>da Cooperativa obedece</b> às normas legais e regulamentares próprias.</p>	

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>§ 2º Em todos os atos e operações, o liquidante deverá usar a denominação da <i>Cooperativa</i> seguida da expressão "Em liquidação".</p> <p>§ 3º O processo de liquidação somente poderá ser iniciado após aprovação da eleição do liquidante pelo Banco Central do Brasil.</p> <p><b>Art. 101</b> A dissolução da sociedade importará, também, no cancelamento da autorização para funcionamento e do registro.</p> <p><b>Art. 102</b> O liquidante terá todos os poderes normais de administração, bem como poderá praticar os atos e as operações necessários à realização do ativo e pagamento do passivo.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Não poderá o liquidante, sem autorização da Assembleia Geral, gravar de ônus os móveis e imóveis, contrair empréstimos, salvo quando indispensáveis para o pagamento de obrigações inadmissíveis, nem prosseguir, embora para facilitar a liquidação, na atividade social.</p> <p style="text-align: center;"><b>TÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</b></p> <p><b>Art. 105</b> Dependem da prévia e expressa aprovação do Banco Central do Brasil, para que surtam efeitos legais, os atos societários deliberados pela <i>Cooperativa</i>, referentes a:</p> <p>I. eleição de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;</p>		

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	NOVO ESTATUTO SOCIAL	Justificativas
<p>II. reforma do estatuto social;</p> <p>III. mudança do objeto social;</p> <p>IV. fusão, incorporação ou desmembramento;</p> <p>V. dissolução voluntária da sociedade, nomeação do liquidante e eleição dos conselheiros fiscais.</p> <p style="text-align: center;"><b>TÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</b></p> <p><b>Art. 106</b> As reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, as Assembleias Gerais e demais reuniões da <i>Cooperativa</i>, poderão ser realizadas de forma semipresencial ou digital, obedecidos os ritos e procedimentos dispostos neste Estatuto Social e na legislação e regulamentação em vigor.</p> <p><b>Art. 107</b> Os documentos necessários à associação e ao relacionamento dos associados com a <i>Cooperativa</i> poderão ser digitais; ou físicos, que, em caso de digitalização, terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, sendo suficientes para comprovação de autoria e integridade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.</p> <p><b>Art. 108</b> Os prazos previstos neste Estatuto Social serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.</p>	<p style="text-align: center;"><b>TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</b></p> <p><b>Art. 64.</b> As reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, as Assembleias Gerais e demais reuniões da <i>Cooperativa</i>, poderão ser realizadas de forma semipresencial ou digital, obedecidos aos ritos e procedimentos dispostos neste Estatuto Social e na legislação e regulamentação em vigor.</p> <p><b>Art. 65.</b> Os documentos necessários à associação e ao relacionamento dos associados com a <i>Cooperativa</i> poderão ser digitais; ou físicos, que, em caso de digitalização, terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, sendo suficientes para comprovação de autoria e integridade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.</p> <p><b>Art. 66.</b> Os prazos previstos neste Estatuto Social serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.</p>	